



03 DE NOVEMBRO DE 2015

Terça-feira

- PMI INDUSTRIAL DO BRASIL CAI A 44,1 EM OUTUBRO ANTE 47,0 EM SETEMBRO, DIZ MARKIT
- SIDERÚRGICA ALCOA ANUNCIA CORTES EM SUA CAPACIDADE DE FUNDIÇÃO E REFINO
- CONTRAÇÃO DA INDÚSTRIA SE APROFUNDA EM OUTUBRO PARA MENOR NÍVEL EM 6 ANOS E MEIO, MOSTRA PMI
- SETOR DISCUTE ALTERNATIVAS COM O GOVERNO
- EDITORIAL: AS CONTAS DO GOVERNADOR
- CRISE ECONÔMICA FAZ GOVERNO PERDER UM ANO DE CPMF EM RECEITAS
- INCERTO, SETOR PRODUTIVO EVITA PREVISÕES PARA 2016
- RECESSÃO DEVOLVE 3,1 MILHÕES DE FAMÍLIAS DA CLASSE C PARA AS D E E
- VOLKS NEGOCIA REPARAÇÃO POR APOIO À REPRESSÃO NA DITADURA
- PETROLEIROS ENTRAM EM GREVE EM VÁRIAS REGIÕES DO PAÍS
- HONDA CIVIC, FIT E CITY TERÃO MOTORES TURBINADOS 1.0 E 1.5
- ARTIGO: PARE DE "MIMIMI" E ABRA O SEU NEGÓCIO
- OBRIGAÇÕES DO MEI
- PROGRAMA DE APOIO À EXPORTAÇÃO PERDE R\$ 18,5 MILHÕES ATÉ SETEMBRO
- PARA ANALISTAS, PAÍS PRECISA RECUPERAR CONFIANÇA
- ABÍLIO DINIZ: CRISE NO BRASIL É POLÍTICA E NÃO ECONÔMICA
- EMPRESAS SUECAS TESTAM JORNADA DE SEIS HORAS
- SETOR SIDERÚRGICO VIVE NOVO 'APAGÃO'
- RECUPERAÇÃO DA ECONOMIA DEPENDE DE ACORDO ENTRE PODERES, DIZ ESPECIALISTA
- CONSUMO NÃO DEVE PUXAR A RETOMADA

- EM CUBATÃO, COMÉRCIO TEM MAIOR DESEMPREGO
- IPCA PARA 2016 SOBE DE 6,22% PARA 6,29%, APONTA RELATÓRIO FOCUS
- GREVE DOS PETROLEIROS JÁ PAROU 23 PLATAFORMAS DA BACIA DE CAMPOS
- ESTIMATIVA DO MERCADO PARA INFLAÇÃO DESTES ANOS SE APROXIMA DE 10%
- CONFIANÇA DO EMPRESÁRIO TEM QUEDA RECORDE
- CRESCER O ESCÂNDALO POR MOTORES ADULTERADOS DA VOLKSWAGEN NOS EUA
- INADIMPLÊNCIA COM ROTATIVO DO CARTÃO DE CRÉDITO ATINGIU 38,9% EM SETEMBRO
- BRASIL E CHINA SÃO MAIORES RISCOS DE CONTÁGIO PARA MERCADO DE CRÉDITO DOS EUA, DIZ FITCH
- FAZENDA AUTORIZA REVISÃO DA TARIFA DE PEDÁGIO DE 5 CONCESSIONÁRIAS DE RODOVIAS
- MERCADO FINANCEIRO VOLTA A REDUZIR PROJEÇÃO DO CRESCIMENTO DA ECONOMIA PARA 2015
- HONDA ADIA INÍCIO DAS OPERAÇÕES DE NOVA FÁBRICA NO BRASIL
- EDITORIAL: MAU NEGÓCIO
- ARTIGO: VICIADOS EM JUROS
- AJUSTE FISCAL PODE REDUZIR PIB DO BRASIL NO FUTURO, DIZ NOBEL DE ECONOMIA
- INFLAÇÃO NA OCDE PERDE FORÇA PARA 0,4% EM SETEMBRO; NO BRASIL, FICA EM 9,5%
- THYSSENKRUPP TEM NOVA FÁBRICA DE COMPONENTES AUTOMOTIVOS

| CÂMBIO | | |
|----------------------|---------------|--------------|
| EM 03/11/2015 | | |
| | Compra | Venda |
| Dólar | 3,800 | 3,801 |
| Euro | 4,158 | 4,159 |

Fonte: BACEN

PMI industrial do Brasil cai a 44,1 em outubro ante 47,0 em setembro, diz Markit

03/11/2015 – Fonte: EM.com

O índice de atividade dos gerentes de compra (PMI, na sigla em inglês) do setor industrial do Brasil caiu para 44,1 em outubro, de 47,0 em setembro, segundo dados sazonalmente ajustados da pesquisa da Markit. Esse é o menor patamar desde março de 2009. Leituras abaixo de 50 indicam contração da atividade, enquanto valores acima dessa marca apontam expansão.

Segundo a Markit, os dados do PMI para outubro indicam que a recessão do setor industrial do Brasil piorou. As contrações do volume de produção e dos novos pedidos se aceleraram, atingindo os seus pontos mais rápidos desde a crise financeira. Desta forma, as empresas cortaram os empregos no ritmo mais rápido em seis anos e meio.

O volume de produção recuou pelo nono mês consecutivo, a mais longa sequência de retração desde a crise financeira global. Segundo os entrevistados, o volume de produção foi reduzido em resposta ao declínio na quantidade de pedidos recebidos e à fraqueza econômica do País.

"Os aumentos fortes de preços e a demanda básica fraca estão tendo um impacto negativo sobre o setor. O nível de empregos foi novamente arrastado para baixo, com posições sendo cortadas pelo ritmo mais acentuado desde o início de 2009. De um modo geral, os dados mais recentes do PMI indicam uma intensificação da desaceleração no setor", diz, em nota, a economista da Markit Pollyana de Lima.

Siderúrgica Alcoa anuncia cortes em sua capacidade de fundição e refino

03/11/2015 – Fonte: EM. com

A Alcoa anunciou medidas adicionais para reduzir sua capacidade de fundição e refino, no momento em que trabalha para lidar com preços mais baixos do alumínio. A companhia informou que reduzirá sua capacidade de fundição de alumínio em 503 mil toneladas e a capacidade de refino de alumina em 1,2 milhão de toneladas até o fim do primeiro trimestre de 2016.

Os cortes incluem a paralisação das fundições de alumínio Intalco e Wenatchee, em Washington, e da fundição Massena West em Nova York. A Alcoa cortará ainda parcialmente sua capacidade de refino em Point Comfort, Texas.

A companhia espera que os custos das reestruturações no quarto trimestre fiquem em entre US\$ 160 milhões e US\$ 180 milhões, após impostos, ou US\$ 0,12 a US\$ 0,14 por ação.

Em setembro, a Alcoa anunciou que iria separar suas operações no próximo ano. Uma das companhias ficará com a produção de partes de carros e aviões, enquanto a outra produzirá alumínio e outros itens.

Em 8 de outubro, a Alcoa divulgou balanço do terceiro trimestre, com um lucro bem mais fraco que em períodos anteriores. O excesso de oferta, exacerbado pela desaceleração econômica chinesa, prejudicou os preços do alumínio.

Em março, a empresa anunciou que reveria sua capacidade de fundição e refino para potenciais cortes e desde então já anunciou a redução da capacidade de refino de alumina na Suriname Aluminum Co.

Contração da indústria se aprofunda em outubro para menor nível em 6 anos e meio, mostra PMI

03/11/2015 – Fonte: R7

A atividade do setor industrial brasileiro se deteriorou de forma acentuada em outubro, atingindo o nível mais fraco em 6 anos e meio, com forte queda da produção e do volume de novos pedidos segundo o Índice de Gerentes de Compras (PMI, na sigla em inglês) divulgado nesta terça-feira.

O Markit informou que o PMI da indústria nacional caiu a 44,1 em outubro contra 47,0 em setembro, afastando-se ainda mais da marca de 50 que separa crescimento de contração. "O setor industrial no Brasil deu uma guinada para o pior em outubro... O mais recente conjunto de dados do PMI também mostra a mais longa sequência de redução contínua na atividade desde a crise financeira global, destacando a magnitude do mal-estar econômico do Brasil", disse a economista do Markit Pollyanna De Lima.

O volume de produção caiu em outubro pelo nono mês seguido, o que representa a sequência de perdas mais longa desde a crise financeira global.

A queda do mês passado aconteceu em decorrência da menor quantidade de pedidos recebidos e da situação econômica frágil, atingindo a taxa mais fraca desde março de 2009.

A entrada de novos pedidos também atingiu o ritmo mais fraco em seis anos e meio, pressionada principalmente pelo mercado interno, uma vez que aqueles pedidos provenientes do exterior cresceram de forma marginal.

Segundo o Markit, todos os três subsetores tiveram queda no volume de produção e de novos pedidos, sendo o pior desempenho verificado em bens intermediários.

Essa situação deixa os produtores brasileiros cautelosos sobre os custos, levando-os a cortar empregos em outubro na taxa mais forte em seis anos e meio também, com quedas nas três principais áreas do setor.

Os produtores continuaram a apontar que a valorização do dólar frente ao real contribuiu para o aumento dos custos, relatando altas nos preços dos insumos importados.

Com isso, as fábricas subiram os preços dos bens finais, mas pela taxa mais fraca desde julho.

Em meio à recessão no país, crise política e confiança abalada, a indústria tem exercido um forte peso na economia brasileira, que se prolongará para o próximo ano na expectativa de especialistas.

Setor discute alternativas com o governo

03/11/2015 – Fonte: R7

As siderúrgicas começaram a discutir com o governo federal alternativas para dar maior competitividade ao setor. As indústrias pedem, entre outras demandas, tributação menos cumulativa para a cadeia e discussão de salvaguardas para proteger o mercado nacional.

"O governo tem de decidir que País pretende ter. Para retomada do crescimento, é preciso fortalecer as indústrias", disse Marco Polo de Mello Lopes, presidente executivo do Instituto Aço Brasil (IABr).

Segundo o presidente da entidade, há conversas em andamento com o Ministério da Indústria, Desenvolvimento e Comércio Exterior. "O ministro Armando Monteiro tem se mostrado sensível ao tema."

Levantamento feito pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), com base nos dados do IBGE, mostra que as indústrias de transformação encerraram o ano de 2014 com a menor participação no PIB desde 1947, de 10,9%. O auge foi em 1985, quando atingiu 21,6%.

Paralelamente, as indústrias formaram, em abril, uma coalização com representantes de entidades sindicais de todo o País para discutir a recuperação da indústria de transformação.

Editorial: As contas do governador

03/11/2015 – Fonte: Gazeta do Povo

O Tribunal de Contas do Estado (TCE) ainda não marcou a data da sessão em que vai avaliar as contas de 2014 do governador Beto Richa, mas deve fazê-lo nesta primeira quinzena de novembro.

O Ministério Público junto ao Tribunal de Contas recomendou, em parecer prévio emitido em 19 de outubro, a rejeição das contas devido a irregularidades como o descumprimento de limites mínimos constitucionais, a mudança na meta fiscal de 2014 e gastos com pessoal além do prescrito na Lei de Responsabilidade Fiscal. O MPjTC ainda questiona a designação, ainda que por sorteio, do conselheiro Durval Amaral como relator, devido a seus vínculos anteriores com Richa.

Em situações como estas, é muito fácil cair na armadilha da "equivalência moral", em que quaisquer nuances são abafadas na comparação entre dois comportamentos condenáveis, para decretar a igualdade absoluta entre eles e desmontar a realidade.

É assim, por exemplo, que se afirma indiscriminadamente que "todos roubam, independentemente de partido", ignorando que há os que roubam mais e os que roubam menos; os que roubam sistematicamente e os que roubam porque a situação se apresentou; os que roubam para fraudar a democracia e os que roubam em proveito próprio – circunstâncias que precisam ser levadas em consideração na avaliação de um crime.

Dizer que quem não devolve o troco no mercado não tem autoridade para criticar os desvios bilionários do petrolão é outro exemplo prático da "equivalência moral", recurso que costuma ser mais usado justamente por quem pratica (ou defende, por quaisquer motivos, os que praticam) as irregularidades mais graves. É fugindo desta armadilha que se pode analisar semelhanças e diferenças entre os casos federal e paranaense.

Em comum entre as duas situações, vemos a incompetência generalizada na gestão das contas públicas em 2014

Em alguns aspectos, o governo paranaense agiu de forma até pior que o governo federal. A meta fiscal de 2014, por exemplo, foi alterada no Congresso Nacional ainda durante o ano passado; no Paraná, a Assembleia Legislativa só mudou a meta no primeiro semestre de 2015, abrindo brechas para todo tipo de questionamento legal.

É verdade que Dilma precisou chantagear por decreto e comprar os parlamentares para aprovar o golpe fiscal, enquanto Richa contou com uma Assembleia bem mais dócil – difícil saber o que é mais lamentável nesses casos, até porque em ambos a iniciativa das mudanças partiu do Executivo.

Por outro lado, das contas de Beto Richa em 2014, o que não se pode dizer é que elas utilizaram dos mesmos expedientes do governo federal com as chamadas "pedaladas fiscais". Afinal, a essência das "pedaladas" é o uso de bancos estatais para, de forma oblíqua, "emprestar" dinheiro ao Executivo – no caso de Dilma, o Tesouro atrasou repasses para os bancos, que tiveram de tirar recursos próprios para fazer pagamentos que cabiam ao governo.

Esta é uma manobra de que Richa não se valeu, até mesmo pela inexistência de um banco estadual com o qual "pedalar" – uma consequência positiva do processo de privatização de bancos públicos em diversas unidades da federação, ocorrido nos anos 90; felizmente, agora só podemos imaginar como seria um país em que todo governador tivesse um banco estadual à disposição para gambiarras fiscais.

Também há uma diferença notável entre os níveis de maquiagem nos dois casos. As "pedaladas" federais foram apenas parte de uma engrenagem gigantesca de "criatividade contábil" montada pelo governo e que já estava funcionando antes mesmo de 2014.

Assim como no exemplo do roubo citado anteriormente, há os que maquiam mais e os que maquiam menos; os que fizeram da maquiagem um método e os que recorrem a ela de forma esporádica. Por esses critérios, o erro cometido em Brasília é muito maior.

De tudo isso, o que se conclui é que, em comum entre as duas situações, vemos a incompetência generalizada na gestão das contas públicas em 2014 e o discurso, nas duas campanhas da reeleição, de que essas contas estavam todas em ordem e que o futuro parecia brilhante, quando na verdade os sinais de que havia algo errado já estavam aparecendo tanto no Planalto quanto no Iguaçu.

A má administração dos recursos públicos infelizmente é uma característica nacional, e é positivo que os tribunais de contas se mostrem mais rigorosos com a aplicação do dinheiro do contribuinte, apagando aquela impressão consagrada na expressão "tribunal de faz de contas", sinônimo de órgão que, por conveniências políticas, fechava os olhos às calamidades cometidas.

Crise econômica faz governo perder um ano de CPMF em receitas

03/11/2015 – Fonte: Gazeta do Povo

O governo federal cortou investimentos, eliminou algumas desonerações, aumentou a alíquota de impostos e ainda sonha com receitas extraordinárias. Mas nada disso vai evitar que as contas públicas terminem 2015 com o maior rombo da história. A principal explicação para o fracasso do ajuste fiscal está na crise econômica, que derrubou a arrecadação de impostos.

Descontadas as transferências para estados e municípios, a receita da União somou R\$ 786 bilhões de janeiro a setembro, R\$ 38 bilhões a menos que no mesmo período do ano passado, em valores corrigidos pela inflação. As despesas também diminuíram, mas não na mesma intensidade – o recuo foi de R\$ 34 bilhões.

Novas receitas

O governo espera obter, até 2016 R\$ 81,2 bilhões, mas apenas R\$ 7,7 bilhões estão garantidos:

EM 2015 ou 2016

Hidrelétricas

R\$ 18 bilhões na licitação de usinas (R\$ 11 bilhões na concessão e R\$ 6 bilhões seis meses depois).

Portos

R\$ 1,1 bilhão na concessão de quatro terminais em Santos (SP) e Vila do Conde (PA).

EM 2016

CPMF

R\$ 32 bilhões com a recriação da contribuição, com alíquota de 0,2%. Proposta de Emenda à Constituição (PEC) em trâmite no Congresso.

Repatriação

R\$ 11,4 bilhões com a legalização de recursos não declarados fora do país. O governo sonhava em ter o dinheiro em 2015, mas desistiu.

Sistema S

R\$ 6 bilhões com corte nos repasses. Medida provisória (MP) ainda não foi publicada.

Aeroportos

R\$ 5 bilhões na concessão dos terminais de Fortaleza, Salvador, Porto Alegre e Florianópolis.

Reintegra

R\$ 2 bilhões com a redução do incentivo às exportações. Decreto publicado.

Lei do Bem

R\$ 2 bilhões com fim de incentivo fiscal a pesquisa e desenvolvimento. MP publicada.

IR - ganhos de capital

R\$ 1,8 bilhão com aumento de alíquotas. MP publicada.

Juros - capital próprio

R\$ 1,1 bilhão com mudança no cálculo e na alíquota. MP publicada.

Indústria química

R\$ 0,8 bilhão com suspensão de incentivo fiscal. MP publicada.

O dinheiro que deixou de entrar no caixa em nove meses equivale a mais de um ano de arrecadação com a "nova" CPMF. A contribuição, que o governo tenta recriar com alíquota de 0,2%, traria receitas de R\$ 32 bilhões em 12 meses, segundo estimativa do Ministério da Fazenda.

[INFOGRÁFICO: Veja a diferença entre a arrecadação e as economias do governo](#)

A frustração de receitas também supera o impacto das medidas que o governo adotou para arrecadar mais neste ano. Segundo a última projeção, feita em setembro, o fim de alguns benefícios fiscais (como o desconto de IPI em veículos, móveis e cosméticos) e o aumento de impostos (sobre operações de crédito, combustíveis, bebidas e outros) garantirá recursos extras de R\$ 26 bilhões até dezembro.

"A arrecadação depende muito da atividade econômica, do mercado de trabalho e de outros fatores. E todos estão muito ruins. Enquanto a economia não voltar a crescer, dificilmente veremos uma retomada nas receitas tributárias", diz Vilma da Conceição Pinto, pesquisadora do Instituto Brasileiro de Economia (Ibre), da Fundação Getúlio Vargas.

Segundo ela, a piora do mercado de trabalho e a redução do lucro das empresas são as principais razões para a queda da arrecadação. As receitas com o Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) caíram quase R\$ 20 bilhões até setembro. A arrecadação previdenciária, afetada pelas demissões no mercado formal e a desoneração da folha de pagamento de 56 setores da economia, encolheu R\$ 14 bilhões.

A "reoneração" da folha, que reduziria essa perda, foi uma das grandes frustrações do governo. No começo do ano, o Ministério da Fazenda esperava economizar R\$ 5,4 bilhões com a revisão do incentivo, mas as mudanças feitas no Congresso e a demora em aprovar a medida, que só entrará em vigor em 1.º de dezembro, limitaram o ganho em 2015 a R\$ 400 milhões, segundo a estimativa mais recente.

Para Denise Basgal, professora de gestão de projetos e administração pública do Instituto Superior de Administração e Economia (Isae/FGV), a atividade produtiva só vai reagir – e impulsionar a arrecadação – quando o empresário voltar a ter confiança, o que depende

de atitudes do governo. "O empresário quer ver o governo reduzindo despesas e melhorando a qualidade dos gastos, como todo o setor produtivo e a população estão fazendo", diz.

Um começo, avalia, seria enxugar o quadro de comissionados, o que teria grande impacto na credibilidade do governo, mas não tanto nas finanças: conforme o especialista em contas públicas Mansueto Almeida, o corte de 5,5 mil cargos ocupados por não concursados representaria uma economia anual de R\$ 350 milhões, menos de 0,05% das despesas da União.

Superávit de 1,2% do PIB vira rombo de 1,9%

As estimativas para o rombo das contas do setor público têm piorado. A mais recente, divulgada na quinta (29) pelo secretário do Tesouro, Marcelo Saintive, indica um déficit primário de R\$ 110 bilhões caso toda a conta das "pedaladas fiscais" (R\$ 50 bilhões) seja paga neste ano e a receita esperada para o leilão de concessão de antigas hidrelétricas (R\$ 11 bilhões) não entre no caixa até 31 de dezembro.

Se a projeção se confirmar, o déficit será equivalente a 1,9% do PIB. No começo de 2015, a meta era alcançar um superávit primário de 1,2% do PIB, mas a frustração da arrecadação levou a Fazenda a rebaixar o objetivo para 0,15% do PIB em meados do ano. Na semana passada, a meta foi para o vermelho (-0,9% do PIB).

E, mesmo assim, tal nível só será atingido com o dinheiro das hidrelétricas e sem o pagamento das pedaladas.

O resultado nominal, que inclui despesas com o serviço da dívida, será muito pior. No acumulado de 12 meses até setembro, o setor público registrou déficit nominal equivalente a R\$ 536 bilhões, ou 9,3% do PIB.

CAIXA ENFRAQUECIDO

O governo aumentou impostos e extinguiu alguns benefícios fiscais neste ano para tentar ajustar as contas. Mas o impacto dessas medidas será menor que a perda de arrecadação provocada pela crise econômica.

O QUE O GOVERNO ESPERAVA

O governo esperava aumentar as receitas em R\$ 25,7 bilhões com o aumento de impostos e a revisão de desonerações em 2015...

Aumento de receita esperado para 2015 em R\$ bilhões*

| | | |
|--|-------------|---|
| Cide e PIS/Cofins sobre combustíveis | 9,1 | ■ |
| IOF sobre crédito para pessoas físicas | 4,9 | ■ |
| PIS/Cofins sobre receitas financeiras | 2,7 | ■ |
| PIS/Cofins sobre importados | 1,8 | ■ |
| IPI sobre veículos | 1,7 | ■ |
| CSLL sobre instituições financeiras | 1,6 | ■ |
| Tributação sobre bebidas frias | 1,5 | ■ |
| Tarifas (loteria, passaporte e outros) | 1,3 | ■ |
| Revisão da desoneração da folha de pagamento | 0,4 | ■ |
| IPI sobre cosméticos | 0,4 | ■ |
| IPI sobre móveis | 0,2 | ■ |
| Total | 25,7 | |

QUANTO ESTÁ ARRECADANDO

...mas as mudanças não foram capazes de compensar a retração da economia. Em nove meses, a arrecadação de tributos caiu R\$ 35,8 bilhões

Diferença na arrecadação tributária federal em R\$ bilhões**

| | | |
|--|--------------|---|
| IRRF - Rendimentos de capital | 5,4 | ■ |
| IRRF - Rendimentos de residentes no exterior | 3,2 | ■ |
| IOF | 2,2 | ■ |
| Cide-Combustíveis | 1,9 | ■ |
| IR Pessoa Física | -1,4 | ■ |
| IPI*** | -3,7 | ■ |
| PIS/Cofins | -5,9 | ■ |
| Receita previdenciária | -13,8 | ■ |
| IR Pessoa Jurídica e CSLL | -19,9 | ■ |
| Outras receitas**** | -3,7 | ■ |
| Total | -35,8 | |

*Projeção feita em 14 de setembro. **De janeiro a setembro de 2015, em relação a igual período de 2014, já descontada a inflação. ***Exeto vinculado.

**** Administradas pela Receita Federal ou outros órgãos

Fonte: Receita Federal, Ministério do Planejamento

Incerto, setor produtivo evita previsões para 2016

03/11/2015 – Fonte: Gazeta do Povo

Incerteza, imprevisibilidade e falta de clareza. A pouco mais de dois meses para o fim do ano, o cenário para 2016 ainda está nebuloso para onze associações empresariais de diferentes setores da economia: de supermercadista a calçadista, de plásticos a químicos, de vidro a embalagens, de máquinas e equipamentos a imobiliário e para o automobilístico.

No momento em que as empresas definem os orçamentos e decisões de investimento para o ano seguinte, não se vê horizonte de recuperação. E as dúvidas comprometem os planos de negócios e levam a uma estratégia de defesa. Sem confiança no potencial da

economia, a cautela é palavra de ordem. Poucos se arriscam a estimar os números para a variação do Produto Interno Bruto (PIB) em 2016 e menos ainda em 2017.

“Para fazer previsões sobre economia hoje é mais fácil falar com o pai de santo que com as associações de classe. Não dá para fazer previsões para o ano que vem, apenas estabelecer faixas. Por exemplo, nossa expectativa é que o PIB caia entre 1% e 2%, que o dólar fique entre R\$ 4,30 e R\$ 5, mas são faixas muito grandes”, afirma o diretor de competitividade da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq), Mario Bernardini.

Mais do que apenas preocupados com a situação atual, economistas e representantes de associações se ressentem da falta de perspectivas. A crise política contaminou a economia e torna mais delicado esse cenário, apontam. Como diz Marcos Lélis, consultor da Associação Brasileira das Indústrias de Calçados (Abicalçados) e professor da Unisinos, numa crise política “o cenário fica indeterminado, é um movimento meio aleatório.”

Mais enfático, o diretor-superintendente da Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção (Abit), Fernando Pimentel, ressalta que embora não se esperasse para 2016 um ano “brilhante”, a expectativa era de interrupção da queda: “Não é o que vemos agora.

“O primeiro semestre está comprometido, até pelo efeito do que se carrega de 2015. O que se vê para 2017 é que estamos empurrando a tal retomada esperada para 2016, mas também não há garantia. Hoje não há clareza de nada, pode acontecer tudo ou nada. Infelizmente, não dá para prever 2017”.

Riscos

A classe empresarial não esperava um forte crescimento da economia para 2016, mas havia expectativa de reação do Brasil. Para a diretora de Economia e Estatística da Associação Brasileira da Indústria Química (Abiquim), Fatima Giovanna Coviello Ferreira, há o risco ainda de que até 2017 seja afetado. “O ano de 2016 não está 100% comprometido, mas será muito difícil. A depender do que acontecer agora, pode-se comprometer inclusive 2017”.

Como aponta o Departamento de Economia e Pesquisa da Associação Brasileira de Supermercados (Abras), fazer previsões no momento atual é uma atividade “muito complicada”. Em setembro, foi feita estimativa de recuo de 0,8% do PIB em 2016: “Desde então, o cenário não se firmou e continuou a piorar. Antes de divulgar novas projeções, vamos esperar desdobramentos e torcer para que já tenhamos atingido o fundo do poço”, informou a Abras.

Esse clima de compasso de espera compromete investimentos. Presidente da Associação Brasileira da Indústria do Plástico (Abiplast), José Ricardo Roriz Coelho argumenta que, “na incerteza, não são feitos novos projetos, não se investe e não se contrata, ao contrário, pode-se demitir”. Para a retomada do investimento, ele defende que é necessária a restauração da confiança.

Tendências

Enquanto isso não ocorre, associações relatam a tendência de uma postura defensiva e de uma estratégia de sobrevivência das empresas. Nesse clima, investimentos em aumento de produção ou novas fábricas, por exemplo, ficam adiados:

“Sem clareza, o empresário investe minimamente, como na troca de uma máquina quebrada. É um investimento de defesa, não é um investimento de ataque, de novas fábricas”, diz Pimentel.

Para setores cujo ciclo de produção é mais longo - como é o caso do imobiliário e de químicos, por exemplo-, o comprometimento é maior.

“Entre o estudo para a compra do terreno e a conclusão do empreendimento, o prazo médio é de cinco anos. Sem saber o que vai acontecer, não se dá início ao processo. No momento, pode ocorrer uma ou outra compra de terreno, mas só quando há oportunidade”, explica o presidente da Associação Brasileira de Incorporadoras Imobiliárias (Abrainc), Luiz Fernando Moura.

Apesar do pessimismo, há quem ressalte a importância de postura ativa. Revisão de processos, mudanças nos modelos de negócios, redução de ineficiências e melhorias na gestão são medidas sugeridas para reduzir o impacto da crise e se preparar para a retomada.

“Não se sabe quanto tempo a situação vai demorar e não podemos controlar a macroeconomia. As empresas devem olhar para seus negócios e avançar no que é possível. Não se pode ficar parado e refém da situação”, diz a presidente da Associação Brasileira de Embalagem (Abre), Gisela Schulzinger.

O presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), Luiz Moan, afirma ter convicção do potencial a médio e longo prazo da economia e do mercado automotivo. Ele cita investimentos da ordem de R\$ 7 bilhões anunciados por montadoras. A General Motors anunciou aporte extra de R\$ 6,5 bilhões no período de 2014 a 2019, a Volkswagen revelou planos de R\$ 460 milhões para uma fábrica de motores e a Hyundai investirá R\$ 100 milhões num centro de pesquisa.

O que se salva do cenário atual é o potencial das exportações, citado sistematicamente pelas associações. O dólar alto aumentou a competitividade dos produtos brasileiros no exterior. Insumos importados, porém, ficam mais caros e abrem espaço para que fornecedores brasileiros conquistem espaço antes ocupado por estrangeiros.

“Quem já exporta vai reforçar essa estratégia e quem não exporta vai correr atrás. É uma possível saída, mas não é imediata nem tem força para compensar todo o resto”, diz Bernardini, da Abimaq.

Recessão devolve 3,1 milhões de famílias da classe C para as D e E

03/11/2015 – Fonte: Gazeta do Povo

A recessão derrubou parte da nova classe média, a população da classe C, para a base da pirâmide social. Entre 2006 e 2012, no boom do consumo, 3,3 milhões de famílias subiram um degrau, da classe D/E para a C, segundo estudo da Tendências Consultoria Integrada.

Eles começaram a ter acesso a produtos e serviços que antes não cabiam no bolso, como plano de saúde, ensino superior e carro zero. Agora, afetadas pelo aumento do desemprego e da inflação, essas famílias começam a fazer o caminho de volta.

De 2015 a 2017, 3,1 milhões de famílias da classe C, ou cerca de 10 milhões de pessoas, devem cair e engordar a classe D/E, aponta o estudo.

“A mobilidade que houve em sete anos (de 2006 a 2012) deve ser praticamente anulada em três (de 2015 a 2017). Estamos vivendo, infelizmente, o advento da ex-nova classe C”, diz o economista Adriano Pitoli, sócio da consultoria e responsável pelo estudo.

Para projetar esse número, Pitoli considerou que, entre 2015 e 2017, a economia deve recuar 0,7% ao ano; a massa real de rendimentos, que inclui renda do trabalho, Previdência e Bolsa Família, cairá 1,2% ao ano; e o desemprego deve atingir 9,3% da população em idade produtiva em dezembro de 2017 - o maior nível em 13 anos.

O estudo considera a classe C formada por famílias com renda mensal de R\$ 1.958 a R\$ 4.720 e a classe D/E por aquelas com rendimento mensal de até R\$1.957.

“É a primeira queda da classe C em número de famílias desde 2003 e o primeiro ano de crescimento expressivo da classe D/E”, diz Pitoli. Só neste ano, a classe D/E vai ser ampliada em cerca de 1,5 milhão de famílias; em 2016, em 1,1 milhão e no ano seguinte, em 454 mil.

“Grande parte dessas famílias está fazendo o caminho de volta, vieram da classe C”, diz Pitoli. Mas ele pondera que outra parcela é formada pelo surgimento de novas famílias dentro da própria classe D/E.

O economista diz que as pesquisas do IBGE, que são a base da projeção, não permitem saber de quanto é cada parcela, uma vez que a instituição não acompanha família a família. “Mas, naturalmente, a mudança de composição tem a ver com as migrações [de uma classe para outra].”

Para o economista Mauro Rochlin, professor de MBAs da Fundação Getúlio Vargas (FGV), os fatores que levam parte das famílias da classe C a retornar ao estrato de origem são a alta no número de desempregados, o fechamento de vagas, a estagnação do salário médio real e o crédito mais caro e restrito. “Tudo isso conspira a favor da ideia de que estaria havendo essa migração.”

Maurício de Almeida Prado, sócio-diretor do Plano CDE, consultoria com foco na baixa renda, aponta que a faixa mais vulnerável à recessão é a baixa classe C, uma vez que 50% dela estão na informalidade.

“A classe média baixa tem maior risco de voltar atrás. Ela tem pouca escolaridade, sente muito a queda da economia pelo emprego informal, quase nenhuma poupança e uma rede de contatos limitada para obter emprego.”

Volks negocia reparação por apoio à repressão na ditadura

03/11/2015 – Fonte: Gazeta do Povo



A Volkswagen é a primeira empresa a negociar uma reparação judicialmente por ter financiado ou participado ativamente da repressão à oposição política e ao movimento operário durante a ditadura militar no Brasil. Dirigente da matriz do grupo que esteve no Brasil a pedido do Ministério Público Federal (MPF) afirmou que a companhia busca um acordo com o órgão, que baseia sua ação nas investigações feitas pela Comissão Nacional da Verdade (CNV).

Segundo Manfred Grieger, diretor do departamento de Comunicação Histórica do Grupo Volkswagen, sua intenção ao participar do encontro no MPF, ocorrido em São Paulo no dia 14, era de entrar em contato com vítimas da ditadura militar brasileira e buscar mais informações sobre o relacionamento entre a Volkswagen do Brasil e as instituições brasileiras daquela época.

“Foi o início de uma discussão sobre como chegar a um acordo a respeito dessa questão”, afirmou Grieger. “Uma ideia é talvez desenvolver um conceito de memorial em conjunto com outras instituições brasileiras, como sindicatos, e colocá-lo em prática. Queremos continuar as discussões para explorar os prós e contras a respeito dos próximos passos”, disse, por e-mail, o diretor.

Desde 2014 Grieger recolhe informações e documentos sobre as acusações de apoio dado pela montadora ao regime. Quem se reuniu com ele foi o procurador regional dos Direitos do Cidadão, do MPF, em São Paulo, Pedro Antônio de Oliveira Machado.

PETROBRAS

O próximo alvo do grupo que pediu ao MPF a investigação sobre as relações da Volkswagen com a ditadura militar é a Petrobras. A estatal é acusada de contribuir para a prisão de petroleiros, que foram torturados e, depois, impedidos de exercer a profissão durante o regime militar. Além disso, Ford e General Motors também teriam doado veículos ao comando repressor.

“Queremos fazer um TAC [Termo de Ajustamento de Conduta]. O objetivo é que o dinheiro da reparação seja depositado no Fundo de Interesses Difusos ou usado para a construção de um memorial ou museu sobre o período”, confirmou Machado.

Nas mãos de Machado e de seus colegas do MPF estão os documentos reunidos por dez centrais sindicais, associações, pesquisadores, por ex-integrantes da CNV e ex-operários da Volkswagen perseguidos pelo regime militar.

“Socos e pontapés”

Lúcio Bellentani trabalhava na Volkswagen de São Bernardo do Campo (SP). Foi preso em julho de 1972, na ala de prensas em que trabalhava, numa ação acompanhada por seguranças da companhia. Outros 12 operários também foram detidos. Bellentani primeiro foi levado a uma sala do setor de Recursos Humanos, onde conta ter levado socos, chutes e pontapés.

Depois foi transferido para o Dops, e passou por frequentes sessões de tortura, e passou um ano e oito meses na prisão. Após ser solto, mudou-se para o interior de São Paulo, pois não conseguiu emprego no ABC, onde morava a família.

Petroleiros entram em greve em várias regiões do país

03/11/2015 – Fonte: Gazeta do Povo

A greve dos petroleiros ganhou reforço no último domingo (1) com a adesão dos 12 sindicatos da Federação Única dos Petroleiros (FUP), que receberam a orientação de cruzar os braços a partir das 15 horas.

Os sindicatos ligados à Federação Nacional dos Petroleiros (FNP) estão em greve desde quinta-feira (29) em oito estados: Rio de Janeiro, São Paulo, Sergipe, Alagoas, Pará, Amazonas, Maranhão e Amapá. A FUP abriga 12 sindicatos do Amazonas, Ceará, Bahia, Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Paraná, Santa Catarina, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Rio Grande do Sul.

Em nota, a Federação Única dos Petroleiros informou que as principais reivindicações da categoria são a “retomada dos investimentos da Petrobras, a manutenção dos empregos e a garantia de condições seguras de trabalho”.

A FUP afirmou ainda que as “necessidades inadiáveis da população serão garantidas pelos petroleiros ao longo de toda a greve”. A Federação reclama dos cortes de investimentos, da venda de ativos, da interrupção de obras e da paralisação de projetos da estatal.

Em nota, a Petrobras afirmou que “está disposta a discutir as cláusulas do ACT [Acordo Coletivo de Trabalho] na mesa de negociação.

A apresentação da nova proposta econômica na última quarta-feira (28) de 8,11% de reajuste nas tabelas salariais; e a proposição de detalhar as cláusulas do ACT em reuniões acordadas com os sindicatos reforçam esse compromisso”.

A estatal não confirmou se as atividades na refinaria paranaense Getúlio Vargas (Repar) serão afetadas pela paralisação. Em nota, a estatal afirmou que “não há prejuízos à produção ou ao abastecimento do mercado”. Ninguém foi localizado para comentar a greve nos sindicatos que atuam no Paraná.

Honda Civic, Fit e City terão motores turbinados 1.0 e 1.5

03/11/2015 – Fonte: Gazeta do Povo



A solução dos motores menores turbinados como sinônimo de bom desempenho e baixo consumo e emissões de poluentes parece ganhar corpo no Brasil. Em breve, a Honda será a mais nova representante da pequena lista formada por VW (up! 1.0 TSI e Golf 1.4 TSI), Audi (A1 e A3 Sedan 1.4 TSI) e Fiat (500 1.4 Abarth).

Em 2016, o novo Civic virá com a opção 1.5 turbo a gasolina, de 174 cv, que é superior a qualquer bloco bicompostível vendido pela Honda no Brasil. O motor 1.8, o mesmo que equipa o HR-V, tem 140 cv, enquanto o 2.0 rende 155 cv.

A nova motorização traz injeção direta e controle eletrônico de sincronização e abertura das válvulas, chamado de VTEC. Segundo a fabricante, a tecnologia turbo é capaz de gerar uma economia de 5% a 10% de combustível, comparado aos aspirados.

O 1.5 equipava a perua Jade, associado ao câmbio CVT, porém com 150 cv.

Em duas voltas na pista oval, o desempenho agradou principalmente nas retas, especialmente pela forma linear e rápida como o carro ganhou velocidade. E nada daquele som de assvio característico dos motores turbos de tempos atrás. Apesar de arisco, o bloco não fazia qualquer alarde quando o giro subia perto das 5 mil rotações.

A Honda também levará para o Brasil o 1.0 turbo com injeção direta, que será desenvolvido globalmente. Ele estreará no país em 2017 com o Fit e, posteriormente, migrará também para o City.

Ambos utilizam atualmente o bloco 1.5 aspirado, de 116 cv.

Será o ‘mil’ de três cilindros mais forte do mercado. São 130 cv e 20,39 kgfm – o up! TSI, o mais próximo, rende 105 cv e 16,98 kgfm.

O câmbio CVT que equipava o modelo testado (e também Fit e City) amansou um pouco a disposição do bloco – no câmbio manual, certamente as respostas devem ser mais instigantes. Destaque para a suavidade do motor 3 cilindros, geralmente conhecido pelo trepidar.

'Milzão'

Os engenheiros japoneses falam que o motor 1.0 turbo tem 20% de ganho na eficiência e 15% de aumento na performance. Dados que se confirmaram ao andarmos com um Civic hatch (carroceria vendida em mercado externos, principalmente nos EUA). Ele consegue superar o atual 1.4 aspirado no consumo e o 1.8 aspirado em performance.

Artigo: Pare de "mimimi" e abra o seu negócio

03/11/2015 – Fonte: Gazeta do Povo

Qual empreendedor de sucesso parou tudo o que faz por causa da crise? O dinheiro e as oportunidades sumiram de vez por causa dela? Definitivamente este é o momento de novos empreendimentos e de serviços e produtos serem criados. Algum empreendedor, como eu, já ouviu dizer de outros empreendedores de sucesso que certamente seguimos que, em momentos como este em que vivemos, é hora de parar, observar e pensar com cautela no que fazer?

Alguém ouviu um empreendedor de sucesso – e aqui colocamos um sucesso individual, pois para cada um de nós ele se apresenta de uma forma, mas para todos o sucesso é sucesso – dizer que não existe dinheiro neste momento, os consumidores estão guardando o que podem, por isso não irão comprar o que oferecemos, vamos parar e aguardar até que eles voltem por conta própria a consumir? Agora, antes da resposta final, tente responder: por que você é empreendedor?

Empreendedor tem de ter atitude e não se prender por qualquer motivo

Claro, porque você faz acontecer, porque tem ótimas ideias, porque gera resultados, não necessariamente com uma empresa aberta em seu nome, mas na empresa de que faz parte. As pessoas sempre lhe procuram com estes olhos, de criação, administração, empreendedorismo, ou eu estou enganado? Então, por algum momento você pensou que este não seria o momento de investir, construir, realizar?

Sabemos que nossos negócios se desenvolvem em "W": ora estão em crescimento, ora em baixa. Por mais que este seja um momento de baixa para muitos de nós, não é um momento de ficar parado, porque quem fizer mais força para voltar a subir subirá muito mais alto.

Não vejo nenhum empreendedor de sucesso olhar para as péssimas notícias do mercado. Outro dia, quando o governo divulgou que o comércio varejista decresceu, a resposta de um grande empreendedor da área foi: mas e o quanto ele *não* decresceu? Vamos olhar para isso e continuar a crescer.

Vamos parar de "mimimi" e fazer acontecer! Empreendedor tem de ter atitude e não se prender por qualquer motivo. A regra agora é fazer diferente, com inovação, em busca de novos resultados. Muitas coisas estão mais baratas; isso pode refletir no valor que você investirá, ele pode ser bem menor.

Olhe sempre para o lado bom de tudo e se capacite, porque para alcançar oportunidades devemos sempre estar preparados. É hora de conversar com quem está na mesma situação, dialogar com outros empreendedores, realizar sonhos.

(Adriano Tadeu Barbosa é supervisor do curso de Empreendedorismo do Centro Europeu e fundador da agência Ponto Pessoal).

Obrigações do MEI

03/11/2015 – Fonte: Contábeis.com

Na prática, tornar-se um Microempreendedor Individual não se configura apenas como uma possibilidade fantástica para regularizar seu negócio, mas realmente traz benefícios bem interessantes para quem trabalha por conta própria.

Na prática, tornar-se um Microempreendedor Individual não se configura apenas como uma possibilidade fantástica para regularizar seu negócio, mas realmente traz benefícios bem interessantes para quem trabalha por conta própria — o que inclui, por exemplo, garantias previdenciárias e isenção de impostos federais.

De toda forma, por mais que seja extremamente vantajoso se enquadrar nesse sistema, o MEI também precisa lidar com um leque específico de obrigações impostas por lei. Assim, se você está pensando em se legalizar como Microempreendedor Individual ou até se já o fez, mas ainda não sabe ao certo das responsabilidades que terá que assumir, não se preocupe: separamos as principais **obrigações do MEI** para esclarecer um pouco essa história!

Fazer o relatório mensal das receitas

Uma das **obrigações do MEI** diz respeito ao preenchimento, manualmente ou por meio digital, do seu correspondente relatório mensal, que indica as receitas brutas obtidas no mês anterior.

Esse preenchimento deve ser feito até o dia 20 de cada mês, sendo importante anexar ao documento tanto as notas fiscais de compras, de mercadorias e serviços como aquelas emitidas pelo próprio empreendedor.

Pagar as contribuições mensais

A formalização reduz bastante a burocracia que outros enquadramentos empresariais exibem, fazendo com que o MEI recolha os tributos que tem a pagar de maneira simplificada.

Assim, dentre as **obrigações do MEI** está incluído o pagamento mensal de taxas praticamente simbólicas relativas ao Imposto sobre Serviços (ISS) e ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICMS), além do percentual de 11% sobre o salário-mínimo vigente no período, a fim de custear o INSS. Lembrando que o MEI está isento dos impostos federais, ou seja, de Imposto de Renda, PIS, COFINS, IPI e CSLL.

Entregar a declaração anual

A cada ano, obedecendo ao calendário fiscal, o MEI deve apresentar ao fisco a Declaração Anual Simplificada (DASN-SimeI), que tem prazo de entrega para o dia 30 de abril de cada ano e deve indicar todo o faturamento alcançado como MEI no ano anterior.

O procedimento pode ser realizado pelo próprio empreendedor ou por um escritório de contabilidade especializado. Vale ressaltar que o MEI não está liberado de apresentar sua declaração anual de ajuste à Receita Federal, uma vez que é contribuinte de IRPF, ainda que na condição de isento.

Obter o alvará de funcionamento permanente

Assim que o MEI completa sua formalização, recebe um alvará de funcionamento provisório, documento que até já permite sua atuação, mas em vários municípios só podendo passar notas fiscais.

Essa situação limitadora se resolve com a concessão de um alvará definitivo, que precisa respeitar as normas municipais, com o MEI tendo que solicitar uma consulta prévia de

localidade, a fim de saber se seu endereço está de acordo com os códigos de zoneamento urbano e de posturas municipais.

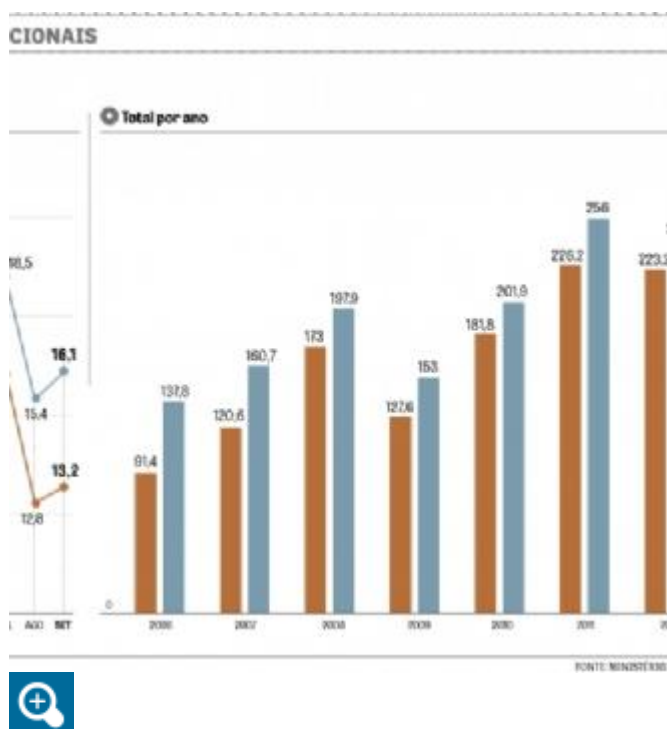
Custear a contratação do empregado

De acordo com a legislação pertinente, o MEI pode ter um empregado, a fim de auxiliá-lo em sua atuação. Esse profissional deve receber até um salário-mínimo ou o piso de sua categoria.

Desse modo, o MEI deverá preencher a Guia do FGTS e Informação à Previdência Social (GFIP) entregando-a até o dia 7 de cada mês, além de depositar o FGTS na base de 8% sobre o valor que o colaborador ganha.

Programa de apoio à exportação perde R\$ 18,5 milhões até setembro

03/11/2015 – Fonte: DCI



O Proex, Programa de Financiamento às Exportações, recebeu R\$ 369,5 milhões do Tesouro Nacional até o final de setembro em 2015. O valor é 4,8% inferior ao investido em igual período no ano passado, quando o montante chegou a R\$ 388,1 milhões.

A queda dos incentivos para negociações internacionais acontece em fase de retração do valor obtido pelas exportações brasileiras. Até a quarta semana de outubro, R\$ 156,9 milhões foram recebidos em vendas para o exterior, baixa de 16% em comparação com igual período do ano passado, quando os produtos nacionais renderam R\$ 188 milhões.

"O Proex é importantíssimo para dar competitividade para as exportações brasileiras e melhorar o saldo da balança comercial", afirmou Lucia Helena Monteiro Souza, sócia da consultoria Barral M Jorge.

"Tendo em vista a situação de ajuste fiscal, seria importante que o apoio às exportações não fosse prejudicado. Em vários países, o comércio exterior é fortalecido em época de crise. Se o mercado interno está fraco, é necessário buscar demanda lá fora", concluiu.

A especialista destacou a relevância do programa para a indústria: "a área de equalização do Proex incentiva, principalmente, a venda de manufaturados, que é o que faz volume

na balança comercial, amenizando o custo de financiamento das exportações da indústria brasileira e melhorando sua competitividade".

Entre janeiro e setembro deste ano, a venda de manufaturados trouxe US\$ 53,7 bilhões para o País, 37% do total da pauta de exportação nacional. O valor é 11% inferior ao registrado nos nove meses no ano passado. A exportação de produtos básicos, as chamadas commodities, gerou bem mais para o País em 2015: US\$ 67,5 bilhões, ou 47% do total.

Lucia Helena lembrou também que o Proex "tem grande importância para as empresas brasileiras de menor porte". A área de financiamento do programa apoia exportações de companhias com faturamento bruto anual de até R\$ 600 milhões. "Esse tipo de investimento estimula a produção nacional e, conseqüentemente, gera empregos", completou a especialista.

Para Tharcisio Santos, professor de economia da FAAP, "é uma judiação a queda de recursos do Proex". Ele disse também que "em período de ajuste fiscal, alguns cortes são necessários e completamente aceitáveis, mas esse não é o caso de programas de auxílio para exportadores".

Saldo comercial

Até a quarta semana de outubro, a balança comercial brasileira (exportações menos importações) registrou superávit de US\$ 11,1 bilhões. Lucia Helena ressaltou que o resultado "não vem de um crescimento nas exportações" e afirmou que "o saldo só não é pior porque as importações estão caindo mais aceleradamente".

Ainda no período citado acima, US\$ 145,8 bilhões foram gastos em compras no exterior, US\$ 45 bilhões a menos do que o acumulado até a quarta semana de outubro no ano passado.

Sobre o futuro das exportações brasileiras, Santos estimou que "haverá aumento das vendas graças ao overshooting cambial [alta do dólar], mas, ainda assim, o produto brasileiro não melhorou, não inovou, sendo apenas ajudado pelo momento atual do câmbio".

O professor também alertou que a queda nas importações, acentuada pela desvalorização do real, "pode prejudicar a economia e o desenvolvimento da indústria no País".

Para analistas, País precisa recuperar confiança

03/11/2015 – Fonte: R7

A principal dificuldade da economia brasileira, na avaliação dos analistas ouvidos pelo jornal O Estado de S. Paulo, está na necessidade de recuperar a confiança para que as taxas de crescimento saiam do território negativo, que podem levar a uma retração do Produto Interno Bruto (PIB) de até 3% no ano que vem.

Somente com a retorno da confiança o consumo e o investimento podem aumentar, o que vai ajudar no retorno do crescimento econômico. "Não existe uma sinalização clara para onde vão as coisas.

E a incerteza política também continua", afirma Alessandra Ribeiro, economista e sócia da Tendências Consultoria Integrada. Hoje, ela estima uma recessão de 1% para 2016, mas não descarta que a queda do PIB do ano que vem possa chegar a 2%.

Por ora, existe a chance de a economia brasileira começar a se recuperar no fim de 2016. O problema é que a saída dessa crise vai ser lenta, o que agrava ainda mais o cenário.

No passado, os anos seguintes aos de forte recessão costumavam ser marcados por um crescimento econômico acelerado. Em 2009, por exemplo, a queda de 0,2% do PIB foi seguida por uma forte expansão de 7,6% em 2010.

"Em geral, a saída de uma economia da recessão é marcada por um número forte", afirma Silvia Matos, coordenadora técnica do Boletim Macro do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre/FGV).

Em sua última projeção, feita em setembro, o PIB do Brasil deverá recuar 3% este ano e 2,1% no ano que vem. "É um período que nos assusta bastante e, infelizmente, não vemos uma saída dessa recessão", afirma.

Desafio

O futuro brasileiro se torna ainda mais desafiador porque o País terá de enfrentar um cenário internacional mais adverso: a economia mundial cresce menos. Além disso, o governo continua a lidar com os problemas fiscais - na semana passada, a equipe econômica admitiu que deve haver mais um ano de déficit.

O risco da piora fiscal é a economia brasileira perder o grau de investimento por uma segunda agência de classificação de risco - a Standard and Poor's retirou o selo de bom pagador do Brasil em setembro. Se isso ocorrer, a recuperação econômica fica ainda mais difícil e deve ser postergada.

"A recuperação deverá ser bastante gradual. Dessa vez, o setor externo não vai ajudar como em outros momentos. Antes, a economia mundial estava crescendo num ritmo mais forte e os preços das commodities eram maiores", diz Alessandra.

Abílio Diniz: crise no Brasil é política e não econômica

03/11/2015 – Fonte: R7

O empresário e presidente do conselho da BRF, Abílio Diniz, afirmou nesta segunda-feira que não há uma crise econômica no Brasil, mas sim uma crise política, que tem afetado a confiança de investidores, empresários e consumidores.

"No momento em que superarmos a questão política, a solução para a situação econômica virá muito rapidamente", disse em entrevista a jornalistas antes de participar do BRF Day em Nova York. A empresa de alimentos comemora 15 anos de listagem de seus papéis na Bolsa de Valores de Nova York (NYSE).

"Ninguém está investindo, porque está faltando confiança. Não sei o que vai acontecer no curto prazo, mas tenho certeza que a situação vai ser superada. Tenho total confiança", afirmou o empresário, destacando que por conta da atual situação, o "Brasil está em liquidação". "O País está muito barato para investidores estrangeiros. Para investidores internacionais, é o momento de se aproveitar disso. Estamos em um momento ruim, mas é um momento."

Abílio afirmou que vê o dólar no Brasil negociado ao redor de R\$ 4,00 como "exagerado" e que os fundamentos atuais da economia brasileira não justificam a moeda norte-americana nesse patamar. Para o empresário, o mais justo seria a divisa ser negociada ao redor de R\$ 3,50.

"Todo mundo diz que o Brasil está em crise. Eu amo a crise, em toda a minha vida eu cresci em crises. Não há crise econômica no Brasil", ressaltou o empresário. Abílio contou que passou por vários momentos complicados da economia brasileira em sua vida e citou como exemplo a crise da dívida nos anos 90, quando estava no Conselho Monetário Nacional (CMN) e participou das negociações em Nova York. "Agora, o País tem US\$ 370 bilhões de reservas em dinheiro. É completamente diferente", disse ele.

Empresas suecas testam jornada de seis horas

03/11/2015 – Fonte: R7

Erika Hellstron termina o trabalho no escritório às 15h30 e vai fazer uma caminhada em uma floresta que cerca a cidade onde ela mora.

A diretora de arte de 34 anos costumava ter turnos de trabalho longos e irregulares quando trabalhava como freelancer. Agora ela trabalha para uma das primeiras start-ups estabelecidas na Suécia a oferecerem um turno de trabalho de seis horas por dia. A empresa, em Fallun, região central, é apenas uma de várias no país que estão testando esse novo conceito - ligado à obsessão nacional com o equilíbrio entre trabalho e vida pessoal.

"Para mim é fantástico. Tenho mais tempo livre para treinar ou para estar ao ar livre enquanto ainda há luz ou trabalhar no meu jardim", disse Erika.

O chefe de Erika, Jimmy Nilsson, é um dos proprietários da companhia, a Background AB. Eles lançaram os novos turnos de trabalho em setembro como parte dos esforços para criar uma força de trabalho mais produtiva.

"É difícil se concentrar no trabalho durante oito horas, mas com seis horas você pode se concentrar mais e fazer as coisas mais rapidamente", disse.

Os funcionários da Background AB chegam entre 8h30 e 11h30, têm uma hora de almoço e, depois de mais três horas no batente, já estão a caminho de casa.

Foi pedido que eles evitassem as redes sociais no escritório e deixassem telefonemas ou e-mails com assuntos pessoais para o fim do dia. E, desde o início da mudança em setembro, os salários não mudaram.

"Vamos tentar [o turno de trabalho de seis horas] por nove meses e, primeiramente, ver se é econômico, depois vamos ver se funciona para nossos clientes e funcionários", afirmou Nilsson.

Outros testes

O conceito do turno de trabalho de seis horas não é totalmente novo na Suécia, mas em 2015 a ideia vem sendo retomada.

Em um centro de atendimento da Toyota na costa oeste da Suécia os turnos de trabalho para mecânicos já tinham sido reduzidos há mais de uma década. A companhia registrou aumento nos lucros e manteve os turnos mais curtos.

Também ocorreram outros testes no setor público nas décadas de 1990 e 2000, mas não foi para a frente por causa de problemas políticos e falta de dados para analisar se a iniciativa deu certo ou não.

Nos últimos meses, várias start-ups de Estocolmo seguiram o exemplo da Background AB e estão testando os turnos mais curtos. No norte da Suécia, em Umea, dois departamentos de um hospital também estão testando os turnos curtos e uma unidade de cirurgia também participa da iniciativa no Hospital da Universidade de Sahlgrenska, em Gotemburgo.

O local que ficou mais famoso pelo turno de seis horas foi um asilo no oeste da Suécia, onde 80 enfermeiras começaram a trabalhar seis horas por dia em fevereiro como parte de um teste de dois anos. Outros 80 funcionários de um asilo parecido continuam trabalhando as tradicionais oito horas por dia.

"Ainda é muito cedo para tirar qualquer conclusão, mas as enfermeiras trabalhando menos horas estão tirando menos licenças de saúde e relatam menos estresse", disse Bengt Lorensen, consultor contratado pela cidade de Gotemburgo para analisar os dados. Ele afirma que o cuidado com os pacientes parece ter melhorado e os funcionários estão organizando mais atividades como aulas de dança, sessões de leitura em grupo ou caminhadas ao ar livre.

"Agora estamos analisando os indicadores iniciais, mas podemos ver que a qualidade do trabalho está mais alta."

Autoridades suecas e de outros países estão acompanhando o projeto e Lorensen afirma que está sobrecarregado com o interesse da imprensa global na pesquisa que ele está fazendo. O consultor afirma que, apesar dos resultados, ainda deve levar muito tempo até o turno de seis horas de trabalho se transformar em regra na Suécia.

Bem mais do que seis horas

Do outro lado do país, em Estocolmo, está Pia Webb, de 40 anos, coach de carreiras.

"Não conheço ninguém na minha área que trabalhe apenas seis horas por dia", disse a consultora, rindo.

"Muitos dos meus clientes são diretores que acham que o trabalho é a coisa mais importante e (depois) percebem que não passaram tempo com os filhos."

Ela não se surpreende com o fato de os testes dos turnos de trabalho mais curtos terem chamado tanta atenção, devido à reputação da Suécia de tentar equilibrar trabalho e vida pessoal.

"As empresas suecas enxergam a ligação entre saúde e rentabilidade. Grandes organizações dão direito a visitas à academia (de ginástica). Há mais turnos flexíveis - você pode organizar sua vida em torno (dos horários) de pegar e deixar as crianças (na escola)."

'Respeito mútuo'

Na Suécia, apenas cerca de 1% dos funcionários trabalham mais de 50 horas por semana, uma das taxas mais baixas na OCDE (Organização para Cooperação Econômica e Desenvolvimento), onde 13% é a média registrada.

Por lei, os suecos têm 25 dias de férias - mas muitas companhias grandes oferecem mais. Pais têm 480 dias de licença quando têm filhos, para dividir entre eles (entre o pai e a mãe). A maioria dos escritórios está vazia depois das 17h.

"É uma experiência muito diferente de quando trabalhei na Grã-Bretanha e clientes queriam entrar em contato nos fins de semana e durante a noite", disse Ameek Grewal, de 29 anos, que nasceu no Canadá e foi transferido pelo Citibank de Londres para Estocolmo há um ano.

Ele admite que pode ser "frustrante" para as pessoas acostumadas a turnos de trabalho mais longos ou a ter respostas rápidas de clientes. Mas Grewal acredita que o modelo sueco traz mais benefícios.

"Aqui há respeito mútuo. Eu vou esperar até começar o horário comercial para ligar ou mandar um e-mail para meus clientes e, ao mesmo tempo, sei que não vão me ligar quando eu estiver de férias."

No entanto, este turno mais curto não significa necessariamente menos estresse, segundo Pia Webb.

"Já vejo muitos clientes que acabam o trabalho às 16h ou 17h mas eles acabam tentando levar os filhos para todas estas atividades, para fazer exercício, fazer comida caseira..."

"Eles têm a casa de verão, têm o barco. Em teoria, eles têm todas estas coisas para ajudar a relaxar - mas isso acaba se transformando em mais trabalho para eles. É um problema muito sueco...

Na teoria temos este equilíbrio entre trabalho e vida pessoal mas, na verdade, não somos muito bons em nos sentar e ficar sem fazer nada", afirmou.

Setor siderúrgico vive novo 'apagão'

03/11/2015 – Fonte: DCI

A combinação de demanda fraca por aço no mercado interno e excedente de produção global pode provocar uma onda de paralisações das siderúrgicas instaladas no País. Em setembro, a utilização da capacidade média da indústria encerrou em 61,3%, muito abaixo do índice de ocupação considerado ideal para o setor, de 80%. A média global, no mesmo período, ficou em 71,9%.

As siderúrgicas do País, que chegaram a exportar metade de sua produção nos anos 90, têm perdido ano a ano relevância no mercado internacional. Na crise de 2008, o setor travou e chegou a registrar, em janeiro de 2009, índice abaixo de 50% da capacidade de produção.

Mas a recuperação foi rápida: em setembro do mesmo ano, o índice já havia voltado aos 80%. Hoje é diferente. As indústrias vivem a pior crise de sua história e não há horizonte de recuperação no curto prazo?, diz Marco Polo de Mello Lopes, presidente do Instituto Aço Brasil (IABr).

No início de 2009, sete altos-fornos, de um total de 14 em operação no País, foram desligados. Posteriormente, todos foram reativados. Neste ano, com o anúncio feito pela Usiminas na sexta-feira de desativação da maior parte da unidade de Cubatão, o grupo terá três altos-fornos desligados - um na usina de Ipatinga (MG) e dois da usina paulista - , e outras companhias podem seguir o mesmo caminho, de acordo com fontes de mercado.

O balanço do IABr, até junho deste ano, inclui 20 unidades dentro das usinas siderúrgicas paradas ou desativadas, incluindo altos-fornos (onde o minério de ferro é fundido e transformado em ferro gusa) e aciarias (onde o ferro gusa é transformado em aço), além de outros equipamentos.

A desativação de parte da fábrica da Usiminas em Cubatão, um dos principais polos siderúrgicos do País, é o retrato mais emblemático da crise do setor. A empresa também anunciou, na quinta-feira, o corte de 4 mil trabalhadores (diretos e indiretos), logo após divulgar um prejuízo líquido de R\$ 1,042 bilhão.

Nos últimos 12 meses, até junho, o setor siderúrgico cortou 11,2 mil trabalhadores e 1,4 mil foram colocados em lay-off (suspensão temporária do contrato de trabalho). O IABr, que previa mais 4 mil demissões até o fim deste ano, já está revendo seus números para cima.

As indústrias são afetadas principalmente pela paralisia dos setores da construção civil, automobilístico e de máquinas e equipamentos, que respondem por 80% do consumo de aço, de acordo com o mercado.

O Brasil deve produzir este ano 32,75 milhões de toneladas de aço bruto, queda de 3,4% em relação a 2014. O consumo aparente deve recuar 13%, de 24,6 milhões de toneladas para 22,3 milhões de toneladas. ?A queda no consumo interno não será compensada pelas exportações, uma vez que há um excedente global de 700 milhões de toneladas?, diz Lopes, do IABr.

A competitividade das indústrias do País, segundo Lopes, ainda é afetada pela China. Em 2014, a China respondeu por 52% dos 3,9 milhões de toneladas de aço importadas pelo Brasil. Entre 2009 e 2014, o Brasil dobrou o volume importado, espaço que foi ocupado pela China, que exporta 40% de sua produção.

Em 2000, o produto chinês respondia por 1,3% das importações. Se somar a importação indireta de aço (máquinas, equipamentos, peças automotivas e carros), o volume importado chega a 8,7 milhões de toneladas, superior à capacidade produtiva da Usiminas inteira.

Crise interna

A Usiminas e outra gigante do setor, a CSN, têm alto endividamento. No caso da Usiminas, seus principais controladores - a italiana Ternium e a japonesa Nippon - brigam há mais de um ano.

Já o grupo do empresário Benjamin Steinbruch, que possui dívida bruta de R\$ 32 bilhões, renegociou o alongamento de R\$ 5 bilhões e tenta vender parte de seus negócios - entre eles, a participação de 14% na própria Usiminas. A venda do terminal de contêineres Tecon, avaliado em R\$ 1 bilhão, avançou, segundo fonte familiarizada com o assunto.

A Gerdau, controlada pela família Johannpeter, que registrou prejuízo de R\$ 2 bilhões no terceiro trimestre, é considerada a melhor companhia do setor pelo mercado. A Ativa Investimentos acredita que, por estar mais exposta aos EUA, com melhor estrutura de capital, tem condições de sofrer menos com a crise.

Recuperação da economia depende de acordo entre poderes, diz especialista

03/11/2015 – Fonte: R7

Crítico da política econômica dos governos petistas, o economista Fábio Giambiagi tem uma simpatia especial pelo atual ministro da Fazenda, Joaquim Levy.

"Um luxo em matéria de competência", disse, em entrevista ao Broadcast, serviço de notícias em tempo real da Agência Estado.

Apesar do apreço por Levy, Giambiagi acredita que a chave para a recuperação da economia depende menos do ministro e mais de um acerto político entre os poderes Executivo e Legislativo.

Em respostas bem-humoradas, o economista contou como tem encarado a atual conjuntura, negou que o Brasil passe por um processo de dominância fiscal e apostou em uma retomada do crescimento em 2017.

O Brasil caminha para ter recessão em 2015 e em 2016. Quando a economia voltará a crescer na sua avaliação? E por quê?

Minha opinião é que a partir de 2017 haveria condições de a economia retomar o crescimento, uma vez que o ajuste do mercado de trabalho e do setor externo estiverem maduros, melhorando os números da inflação e do setor externo.

Se isso será suficiente ou não para alavancar a economia, porém, vai depender da política.

Enquanto continuarmos neste ambiente de convulsão em que Executivo e Congresso atuam como uma espécie de luta de extermínio entre Assad e o Estado Islâmico sem sangue, é evidente que qualquer empresário com pelo menos dois neurônios vai pensar 50 vezes antes de lançar um investimento de maior porte.

O senhor acredita que devemos ter uma melhora do ambiente econômico já em 2016, uma vez que as empresas parecem estar absorvendo a crise em 2015?

Se "em 2016" significa na comparação anual de 2016 contra 2015, a resposta é um sonoro "não".

Porém, se entendermos a expressão como estando associada ao que poderá ocorrer ao longo do ano, a resposta deve ser "talvez": em algum momento de 2016 as coisas podem começar a melhorar, se houver sinais de paz vindos da política.

Na sua avaliação, o Brasil passa por um processo de dominância fiscal?

Não tenho essa leitura. Entendo que o Banco Central opera sim com mais restrições do que há alguns anos, mas não vislumbro um processo como o que vivemos nos anos 80. O que acho que acontecerá é que, sim, teremos inflação maior do que a meta em 2016 e a dívida pública continuará aumentando.

O governo deveria adotar um choque de juros para atrair capital externo ou o melhor caminho é manter os juros onde estão para não aprofundar a recessão?

Nas atuais circunstâncias, depois do Banco Central ter tido tantas idas e vindas no seu discurso, acho que o melhor é manter os juros no nível atual e reduzir em 2016 quando e se o cumprimento da meta de 4,5 % em 2017 estiver no horizonte. Tenho a impressão de que teremos uma Selic estável por um longo período.

Em seu último livro, "Capitalismo: Modo de Usar", o senhor diz que a Venezuela caminha para uma "economia de escassez", como uma forma de alertar para a situação do Brasil. Também estamos caminhando nessa direção, embora em um ritmo mais lento?

O Tom Jobim dizia que "o Brasil não é para principiantes". E somos o país de Macunaíma. Tudo é complexo aqui. Temos um ministro da Fazenda, que é um técnico e é um luxo em matéria de competência, tratado como inimigo pelo partido da presidente da República. O País correria riscos se a turma bolivariana que vive falando maravilhas da Venezuela desse as cartas, mas tudo indica que eles estão vivendo em fase crepuscular.

Consumo não deve puxar a retomada

03/11/2015 – Fonte: R7

O grande impulso na mobilidade social da classe D/E para a classe C que houve entre 2006 e 2012, baseado no consumo, não deve se repetir quando a economia brasileira voltar a crescer. Isso porque o motor da retomada provavelmente deve ser o setor externo, que não beneficia tanto os trabalhadores menos qualificados das classes de menor renda.

"Mesmo quando a economia voltar a crescer - e não sabemos quando será -, não há nenhuma possibilidade de ter o consumo como motor da atividade", prevê o sócio da Tendências Consultoria Integrada, Adriano Pitoli.

Ele explica que no auge da mobilidade social o consumo cresceu 7,8% em média, praticamente o dobro do avanço do Produto Interno Bruto (PIB) no mesmo período. A classe C foi a mais beneficiada, com a massa total de renda dessas famílias aumentando 78% acima da inflação, ante 50% de avanço registrado pela média da população no mesmo período.

Nessa fase, a atividade econômica foi fortemente puxada pelo consumo, varejo e o setor de serviços, que empregam muita mão de obra de menor qualificação, formada principalmente pelas classes C e D/E. É a manicure, que trabalha no setor de serviços, e viu seu rendimento aumentar. Ela foi às compras e adquiriu eletrodomésticos e outros bens duráveis, beneficiada também pelo crédito farto e barato, por exemplo.

Virada

"Mas, agora o jogo virou", diz o economista. Em 2014, o PIB cresceu só 0,1%, a renda subiu 1,8% e as vendas no varejo ampliado caíram 1,7%. "Este ano será um terror", prevê. O PIB pode cair 2,8% ou até mais, a renda deve recuar 4% e as vendas no varejo ampliado podem cair 8,6%, calcula.

Entre 2016 e 2020, o sinal pode voltar a ser positivo, mas tanto o PIB como a renda e o consumo vão crescer no mesmo ritmo, cerca de 1,3% ao ano, prevê. "Quando voltarmos a crescer, vamos avançar pouco e o consumo vai crescer tão pouco quanto o PIB, na melhor hipótese."

Na análise do economista, a ascensão social ocorreu em bases muito frágeis, impulsionada pelo boom do consumo. Nesse período, o Brasil fez poucas reformas, investiu pouco em educação e produtividade. Por isso, não há bases sólidas para que o processo de mobilidade social persista no tempo. "Quando a crise passar, o ritmo de mobilidade será muito mais modesto."

Além disso, a retomada provavelmente deve ser puxada pelo setor exportador, que dissemina o crescimento da renda e do emprego em setores da economia como a indústria, que emprega trabalhadores de maior qualificação e renda.

Em Cubatão, comércio teme maior desemprego

03/11/2015 – Fonte: R7

Comerciantes da Baixada Santista estão preocupados com os impactos econômicos da paralisação da Usiminas em Cubatão, litoral sul de São Paulo, anunciada semana passada. De acordo com a empresa, serão desativadas as áreas de sinterização, coquerias, altos-fornos (um dos quais já tinha suas atividades interrompidas desde maio) e aciaria.

A Usiminas estima que o processo vai provocar cerca de 2 mil demissões diretas e outras 2 mil indiretas no início de 2016, com desligamento dos equipamentos nos próximos quatro meses. O sindicato dos metalúrgicos local fala em até 8 mil demissões.

"A expectativa é péssima. Será desastroso para a economia da região, principalmente para o comércio, porque essas demissões vão acabar com a renda de até 20 mil pessoas, se você somar os familiares dos trabalhadores", afirma Omar Abdul Assaf, vice-presidente do Sindicato do Comércio Varejista da Baixada Santista.

Segundo ele, embora seja privada, a empresa tem uma responsabilidade social. "Isso não pode ser feito dessa forma. O debate sobre a falta de investimentos naquela fábrica, uma das maiores e mais importantes da região, é antigo."

Diretores da entidade e dos sindicatos que representam os funcionários do comércio fizeram uma reunião na sexta-feira para discutir o assunto. "O impacto será violento, principalmente por causa da crise, que já provocou queda nas vendas nos últimos dois meses e dificulta muito a recolocação no mercado de trabalho. O poder público precisa intervir. Esperamos um posicionamento das prefeituras locais, dos deputados da região e até mesmo do Estado e da União", afirma Assaf.

Para o comerciante Sergio Augusto Santana, de 48 anos, dono de quatro lojas de calçados em Cubatão, toda a Baixada Santista sofrerá impacto negativo. "Em Cubatão, o comércio vive principalmente das indústrias.

Já enfrentamos uma situação difícil, com queda de 40% nas vendas em relação ao ano passado. Com essas demissões, acreditamos que a redução pode chegar a 60%. Muita loja vai fechar", diz o empresário.

Receita

Há uma forte preocupação do município de Cubatão no que diz respeito à arrecadação tributária. A prefeita Marcia Rosa disse que vai a Brasília para buscar apoio do governo, em uma tentativa de reverter a decisão da empresa, e já solicitou audiência com o ministro Ricardo Berzoini, da Secretaria de Governo da Presidência, responsável pela articulação política da presidente Dilma Rousseff.

Rosa também disse ter cobrado explicações do presidente da Usiminas, Rômel Erwin de Souza, e tenta unir forças com prefeitos e deputados da região, além do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (Ciesp).

IPCA para 2016 sobe de 6,22% para 6,29%, aponta Relatório Focus

03/11/2015 – Fonte: EM.com

As previsões para a inflação subiram mais alguns degraus no Relatório de Mercado Focus divulgado na manhã desta terça-feira. A mediana para o IPCA do ano que vem avançou de 6,22% para 6,29%. Esta é a 13ª semana consecutiva de elevação. Há quatro edições, o ponto central da pesquisa era de 5,94%.

No caso da elite dos economistas que mais acertam as previsões para a inflação no médio prazo, denominada Top 5, a mudança foi de 7,30% para 7,33%. Quatro edições atrás estavam em 6,46%. A meta de 2016 é de 4,5% com margem de tolerância de dois pontos percentuais para baixo ou para cima, o que abrigaria uma taxa de até 6,50%.

Já as projeções para a inflação deste ano subiram de 9,85% para 9,91% na pesquisa geral. Há quatro semanas, estavam em 9,53%. No Relatório Trimestral de Inflação (RTI) de setembro, o BC havia apresentado estimativa de 9,5% para este ano tanto no cenário de referência quanto no de mercado.

Pelos cálculos da instituição revelados no RTI, o IPCA para 2016 subiu de 4,8% para 5,3% no cenário de referência e passou de 5,1% para 5,4% no de mercado. Na ata do Copom da semana passada, o BC informou que suas projeções subiram ainda mais tanto no cenário de mercado quanto no de referência.

Saiba mais

Para a inflação de curto prazo, a estimativa para outubro subiu de 0,78% para 0,79% - estava em 0,53% quatro semanas atrás. Já a de novembro continuou em 0,60% de uma semana para outra ante taxa de 0,55% verificada há um mês.

As expectativas para a inflação suavizada 12 meses à frente melhoraram na pesquisa Focus de hoje, passando de 6,50% - exatamente no limiar do teto da meta - para 6,47%. A taxa de 6,11% era vista quatro edições atrás.

No caso do Top 5 de 2015, o ponto central da pesquisa atingiu dois dígitos pela primeira vez: a mediana das previsões desse mesmo grupo saltou de 9,95% para 10,03% - também bem acima do teto da meta deste ano, que tem os mesmos parâmetros da de 2016. Há quatro semanas, essa mediana estava em 9,66%.

Retração do PIB de 3,05%

O Relatório de Mercado Focus trouxe mais revisões para o Produto Interno Bruto (PIB) deste e do próximo ano. De acordo com o documento pelo Banco Central, a perspectiva de retração da economia este ano passou de 3,02% para 3,05% - um mês antes estava em queda de 2,85%. Para 2016, a mediana das previsões saiu de -1,43% para -1,51%. Quatro semanas atrás estava negativa em 1,00%.

Segundo o IBGE, o PIB brasileiro caiu 2,6% no segundo trimestre deste ano na

comparação com o primeiro e 1,9% ante o mesmo período de 2014. No Relatório Trimestral de Inflação (RTI) de setembro, o BC revisou de -1,1% para -2,7% sua estimativa para a retração econômica deste ano.

No caso da produção industrial, não houve mudanças nas previsões. Para 2015, a mediana das expectativas seguiu em baixa de 7,00% pela terceira semana consecutiva e, para 2016, passou de -1,50 para -2,00%. Há quatro semanas, as medianas destas previsões eram de, respectivamente, -6,50% e -0,29%.

Já na relação entre a dívida líquida do setor público e o PIB, a projeção dos analistas passou por ajustes. Para 2015, caiu de 35,85% para 35,80% - quatro edições antes estavam em 36,00%. Para 2016, a taxa subiu de 39,20% para 39,30% - um mês antes estava em 39,35%.

Greve dos petroleiros já parou 23 plataformas da Bacia de Campos

03/11/2015 – Fonte: Época Negócios



Das 44 plataformas instaladas na Bacia de Campos para a produção de petróleo e gás natural, 23 estão com o funcionamento completamente interrompido durante a greve liderada pela Federação Única dos Petroleiros (FUP).

Outras oito plataformas operam parcialmente. Com isso, cerca de 500 mil barris de petróleo por dia (bpd) deixaram de ser produzidos desde o início do movimento, às 19h de ontem (1), estima o Sindicato dos Petroleiros do Norte Fluminense (Sindipetro-NF), ligado à federação. O volume representa 25% da produção total da Petrobras.

O balanço da greve, com o número fechado sobre o efeito na produção, deve ser apresentado pela FUP por volta das 18h. Em cinco plataformas da Bacia de Campos, a produção está sendo mantida por pessoal de contingência selecionado pela Petrobras. O diretor do Sindipetro-NF, Leonardo Ferreira, acusa a empresa de escalar para o trabalho funcionários que ocupam cargos de coordenação, sem experiência na rotina operacional.

Em nota oficial, a Petrobras informou que toma medidas para garantir "a segurança dos trabalhadores e das instalações" e também para manter abastecido o mercado interno de combustíveis. Segundo a empresa, as consequências da greve ainda são avaliadas. "Em alguns locais, estão ocorrendo bloqueios de acessos, cortes de rendição de turno e ocupação", diz o comunicado da Petrobras.

A produção na Bacia de Campos poderá parar caso a direção da Petrobras se negue a negociar com os petroleiros, disse Ferreira, do Sindipetro-NF. Ao mesmo tempo, ele nega que seja essa a intenção dos grevistas.

"O que queremos, de fato, é forçar a direção a sentar com os trabalhadores para conversar. Como o mercado será abastecido é um problema da Petrobras, não nosso", afirmou. A Bacia de Campos responde por pouco mais de 70% da produção nacional de petróleo dos 2 milhões de bpd de petróleo extraídos no País. Para paralisar totalmente o

Norte Fluminense, os grevistas ainda têm de intervir no funcionamento de sete plataformas que hoje estão em pleno funcionamento.

A pauta de reivindicação da FUP não inclui ganhos trabalhistas, mas tem caráter político, segundo Ferreira. O alvo é o plano de desinvestimento da Petrobras. Os sindicalistas querem evitar a venda de ativos da petroleira e a perda de postos de trabalho.

No mês passado, a direção da Petrobras anunciou que o conselho de administração aprovou a venda de 49% da Gaspetro, subsidiária de distribuição de gás natural, e que ainda procura um sócio para a BR Distribuidora. Essa tem sido a solução apresentada pela Petrobras em resposta ao alto endividamento que compromete sua capacidade de investimento.

Estimativa do mercado para inflação deste ano se aproxima de 10%

03/11/2015 – Fonte: G1

As previsões do mercado financeiro para a inflação deste ano e de 2016 continuaram piorando na semana passada. Houve piora também na estimativa dos analistas para o nível de atividade da economia brasileira, segundo o relatório de mercado, também conhecido como Focus. O documento, divulgado pelo Banco Central nesta terça-feira (3), é fruto de pesquisa com mais de 100 instituições financeiras.

Para 2015, a expectativa dos economistas é que o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), a inflação oficial, feche o ano em 9,91%, se aproximando assim da marca dos 10%. Na semana anterior, a taxa esperada era de 9,85%. Se confirmada a estimativa, representará o maior índice em 13 anos, ou seja, desde 2002 – quando ficou em 12,53%.

Essa foi a sétima alta seguida no indicador. O BC informou recentemente que estima um IPCA de 9,5% para este ano. Segundo economistas, a alta do dólar e, principalmente, dos preços administrados (como telefonia, água, energia, combustíveis e tarifas de ônibus, entre outros) pressiona os preços em 2015. Além disso, a inflação de serviços, impulsionada pelos ganhos reais de salários, segue elevada.

Para 2016, os economistas das instituições financeiras elevaram sua expectativa de inflação de 6,22% para 6,29% na última semana. Foi a 13ª alta seguida do indicador que continua se distanciando da meta central de 4,5% fixada para o ano que vem. Recentemente, o BC admitiu que não conseguirá trazer o IPCA para a meta central de 4,5% no próximo ano. Segundo a autoridade monetária, isso será possível somente em 2017.

Pelo sistema que vigora no Brasil, a meta central para 2015 e 2016 é de 4,5%, mas, com o intervalo de tolerância existente, o IPCA pode oscilar entre 2,5% e 6,5%, sem que a meta seja formalmente descumprida. Com isso, a inflação deverá superar o teto do sistema de metas em 2015, algo que não acontece desde 2003.

Produto Interno Bruto

Ao mesmo tempo, o mercado financeiro também passou a estimar uma retração maior da economia em 2015 e, também, no ano que vem.

Para o PIB deste ano, o mercado financeiro passou a prever uma retração de 3,05%. Foi a 16ª revisão para baixo consecutiva do indicador. Até então, a expectativa era de uma contração um pouco menor neste ano: de 3,02%. Se confirmado, será o pior resultado em 25 anos, ou seja, desde 1990 – quando foi registrada uma queda de 4,35%.

Para 2016, os economistas das instituições financeiras aumentaram de 1,43% para 1,51% a expectativa de contração na economia do país. Esta foi a quarta queda seguida na previsão do mercado para o PIB do próximo ano.

Se a previsão se concretizar, será a primeira vez que o país registra dois anos seguidos de contração na economia – a série histórica oficial, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), tem início em 1948.

O PIB é a soma de todos os bens e serviços feitos em território brasileiro, independentemente da nacionalidade de quem os produz, e serve para medir o comportamento da economia brasileira. Na semana passada, a "prévia" do PIB do BC indicou uma contração de 2,99% até agosto.

No fim de agosto, o IBGE informou que a economia brasileira registrou retração de 1,9% no segundo trimestre de 2015 em relação aos três meses anteriores, e o país entrou na chamada "recessão técnica", que ocorre quando a economia registra dois trimestres seguidos de queda. De janeiro a março deste ano, o PIB teve baixa de 0,7% (dado revisado).

Taxa de juros

Após o Banco Central ter mantido os juros estáveis em 14,25% em outubro, o maior patamar em nove anos, o mercado manteve a estimativa de que não devem ocorrer novos aumentos de juros em 2015. Para o fim de 2016, a estimativa permaneceu em 13% ao ano – o que pressupõe reduções da taxa Selic ao longo do ano que vem.

A taxa básica de juros é o principal instrumento do BC para tentar conter pressões inflacionárias. Pelo sistema de metas de inflação brasileiro, a instituição tem de calibrar os juros para atingir objetivos pré-determinados. As taxas mais altas tendem a reduzir o consumo e o crédito, o que pode contribuir para o controle dos preços.

Câmbio, balança e investimentos

Nesta edição do relatório Focus, a projeção do mercado financeiro para a taxa de câmbio no fim de 2015 permaneceu em R\$ 4 por dólar. Para o término de 2016, a previsão dos analistas para a taxa de câmbio ficou estável em R\$ 4,20.

A projeção para o resultado da balança comercial (resultado do total de exportações menos as importações) em 2015 permaneceu em US\$ 14 bilhões de resultado positivo. Para 2016, a previsão de superávit ficou inalterada em US\$ 26,3 bilhões.

Para este ano, a projeção de entrada de investimentos estrangeiros diretos no Brasil subiu de US\$ 62,5 bilhões para US\$ 64,6 bilhões. Para 2016, a estimativa dos analistas para o aporte permaneceu inalterada em US\$ 60 bilhões.

Confiança do empresário tem queda recorde

03/11/2015 – Fonte: Diário do Comércio

A situação da indústria mineira está tão ruim que não existem sequer expectativas positivas. Prova disso, é que o Índice de Confiança do Empresário Industrial de Minas Gerais (Icei/MG) chegou aos 31,4 pontos em outubro, 21,6 pontos abaixo da média histórica (53 pontos) e 10,9 pontos inferior à registrada no mesmo mês de 2014 (42,3 pontos).

Além disso, a Sondagem Industrial mostrou que as perspectivas em relação ao emprego e à produção continuam negativas. "Não poderia ser diferente diante do cenário atual", afirmou a economista da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg) Anelise Fonseca.

Segundo o Icei/MG, divulgado pela entidade na sexta-feira, a crise econômica e os escândalos de corrupção continuam minando a confiança do empresário mineiro. O estudo mostrou também que os industriais continuam mostrando insatisfação diante das condições atuais de negócio (24,3 pontos).

A insatisfação cresce ainda mais quando se trata da economia brasileira (14,9 pontos) e da estadual (16,4 pontos). Mas diminui em relação à própria empresa (28,6 pontos). No que se refere às expectativas para os próximos seis meses, o índice também ficou negativo (34,9 pontos), confirmado que as projeções são negativas.

Produção - A Sondagem Industrial da Fiemg mostrou ainda que o indicador de produção da indústria de Minas continua negativo e chegou aos 39,1 pontos em setembro. Em relação ao índice de agosto, que atingiu 42,6 pontos, houve uma piora de 3,5 pontos.

Já frente ao indicador do mesmo mês do ano passado (45,2 pontos) o decréscimo foi de 6,1 pontos. O menor índice relativo à produção na divisão por porte de empresas em setembro foi apurado nas pequenas indústrias (36,9 pontos).

O indicador de nível de emprego industrial em setembro foi de 41,4 pontos, 1,3 ponto abaixo do registrado no mesmo mês do ano passado. Nas empresas de pequeno porte, o índice bateu na casa dos 40 pontos, também abaixo da média. O nível de uso da capacidade instalada em setembro (30,3 pontos) também foi um dos menores dos últimos anos.

O indicador de estoques de produtos finais atingiu 44,9 pontos em setembro, 5,2 pontos abaixo do de igual período de 2014. O índice de estoques efetivo planejado caiu 3 pontos na mesma base de comparação e marcou 48,7 pontos. "Isso mostra que as empresas estão conseguindo fazer um ajuste parcial nos estoques, mas com níveis mais baixos de produção", frisou a economista.

A sondagem da Fiemg mostrou ainda que os empresários industriais do Estado também estão pessimistas em relação à demanda, exportações, compra de matérias-primas e contratações de funcionários. Mas os piores problemas apontados foram a elevada carga tributária e a demanda interna insuficiente.

Cresce o escândalo por motores adulterados da Volkswagen nos EUA

03/11/2015 – Fonte: Isto É Dinheiro

A montadora alemã Volkswagen também instalou dispositivos para driblar os controles de poluição em motores diesel mais potentes dos modelos Audi e Porsche, anunciou nesta segunda-feira a Agência Ambiental dos Estados Unidos (EPA). A fabricante nega a nova acusação.

"A VW não cumpriu novamente com suas obrigações de se ajustar às leis que protegem a qualidade do ar respirado pelos americanos", afirmou Cynthia Giles, citada pela EPA no comunicado.

A Volkswagen, entretanto, desmentiu a existência do 'software' fraudulento em seus motores a diesel V6 de três litros de cilindrada.

"A Volkswagen ressalta que nenhum programa foi instalado em seus diesel três litros V6 para modificar de maneira inapropriada os controles de poluição", afirmou em comunicado a fabricante alemã.

Até agora, a investigação sobre este tema contra a Volkswagen envolvia motores de dois litros de cilindrada em automóveis de médio porte: VW Jetta, Jetta Sportwagen, Beetle, Audi A3, Golf e Passat, modelos de 2009 a 2015.

Mas, segundo este novo anúncio, os dispositivos também foram instalados em motores de três litros de cilindrada dos modelos Audi A6, A7, A8, Q5 e Porsche Cayenne, assim como nos Volkswagen Touareg, indicou o comunicado.

Estes motores foram instalados em modelos de 2014 até 2016, afirmou a mesma fonte.

"Temos provas flagrantes de violações às normas", acrescentou Giles em uma teleconferência. "As investigações continuam", garante a EPA.

Pela primeira vez associada ao escândalo, a Porsche se declarou "surpresa" pelas acusações. "Até esta notificação, todas as informações demonstraram que a Porsche Cayenne respeita totalmente as normas", disse a filial americana do grupo.

O escândalo dos motores adulterados da Volkswagen foi revelado em setembro, quando a empresa admitiu ter instalado nos motores de 11 milhões de veículos diesel um programa informático para alterar os resultados dos testes de poluição.

"Trata-se de um problema muito grave de saúde pública", comentou Richard Corey, da agência de proteção do meio ambiente da Califórnia (Carb).

Segundo a agência, há 10.000 novos automóveis implicados, embora não tenha especificado o número exato. Seus motores deixam "até nove vezes mais" óxido de nitrogênio (NOx) no ar do que o autorizado pelas normas nos Estados Unidos, afirmou a EPA, que lembrou que o NOx é responsável por graves doenças respiratórias.

Os novos softwares para falsificar os dados de emissões poluentes dos motores a diesel foram descobertos "graças a testes", disse Giles.

Até agora, não houve um recall formal dos automóveis dos modelos implicados, informou a EPA.

"Temos que garantir que as medidas tomadas pela empresa para consertar seus automóveis serão apropriadas", afirmou Janet McCabe, outra funcionária da EPA.

Os testes realizados desde o início do escândalo até agora não incriminaram outras fabricantes, comentou.

A EPA disse que tema das punições à Volkswagen -que teoricamente pode chegar a 18 bilhões de dólares- só será abordado ao final da investigação.

As revelações anteriores dos motores adulterados da empresa alemã lhe valeram a abertura de processos judiciais em vários países e provocaram uma queda da metade de sua capitalização na Bolsa.

Vários funcionários da Câmara de Representantes se mostraram bastante surpresos. "Onde vai parar a fraude da VW?", questionaram quatro republicanos e democratas em um comunicado comum. "É hora de a Volkswagen dizer a verdade".

O escândalo da Volkswagen, que comercializa 12 marcas e que foi líder mundial do setor no primeiro semestre de 2015 antes de perder sua posição para a Toyota, pode também ter consequências no conjunto da economia alemã e no prestígio dos produtos do país.

Inadimplência com rotativo do cartão de crédito atingiu 38,9% em setembro

03/11/2015 – Fonte: EM.com

A inadimplência do rotativo do cartão de crédito é a mais alta entre as modalidades de empréstimos para pessoas físicas. De acordo com dados do Banco Central (BC), a taxa de inadimplência, considerados atrasos acima de 90 dias, chegou a 38,9%, em setembro, a mais alta desde janeiro de 2012 (38,3%) e a maior para o mês já registrada na série histórica, iniciada em março de 2011.

A inadimplência do cartão supera a do cheque especial (15,3%), a do crédito renegociado (16,4%) e a taxa total para pessoas físicas (5,7%).

Os bancos cobram juros mais caro pelo uso do rotativo do cartão de crédito. Em setembro, a taxa de juros chegou a 414,3% ao ano, muito superior à média dos empréstimos para pessoas físicas (62,3% ao ano).

O rotativo do cartão de crédito é a operação em que o cliente financia o saldo devedor remanescente após pagar somente uma parte da fatura. Também são consideradas como rotativo as operações de saque na função crédito.

O pagamento mínimo é de 15% do total da fatura. Ao deixar de pagar o valor total, o cliente automaticamente contrata uma operação de crédito, com incidência de juros sobre o saldo não liquidado.

Por meio da calculadora do cidadão, disponibilizada pelo BC na internet, é possível verificar quanto custa e quanto tempo leva para quitar a dívida. A ferramenta também compara os custos de outras modalidades de empréstimos.

Por exemplo, ao fazer o pagamento de R\$ 150 mensais de uma dívida de R\$ 1 mil, com taxa de 414,3% ao ano, o consumidor levará 13,9 parcelas para quitar a fatura. O custo total ficará em R\$ 2.089,21, sendo R\$ 1.089,21 de juros.

Já o empréstimo consignado de R\$ 1 mil, com pagamento de R\$ 150 por mês, a dívida chega a R\$ 1.062,79, sendo R\$ 62,79 de juros. Para quitar a dívida, serão 7,1 parcelas e taxa de juros de 27,56% ao ano. No caso do crédito pessoal, a dívida chegaria a R\$ 1.255,49, com taxa de 118,26% ao ano, em 8,4 parcela

Brasil e China são maiores riscos de contágio para mercado de crédito dos EUA, diz Fitch

03/11/2015 – Fonte: Reuters

Os investidores veem o contágio dos mercados com Brasil e China como o maior risco aos mercados de crédito dos Estados Unidos em 2016, aponta pesquisa da Fitch com investidores de renda fixa.

Na pesquisa divulgada nesta terça-feira, 60 por cento dos investidores disseram que a evolução adversa em um ou mais mercados emergentes apresentam risco elevado para os mercados de crédito dos EUA, enquanto 40 por cento disseram que o risco é moderada. Os entrevistados viram Brasil e China como as duas fontes mais prováveis de contágio mais amplo, seguidos por Rússia e Turquia.

Quase três quartos dos entrevistados apontaram empresas de mercados emergentes como a menos provável opção de investimento; 93 por cento disseram esperar que as condições de crédito para empresas de emergentes se deterioreem em 2016.

A Fitch diz ver os emergentes como fonte crescente de risco para o crescimento global, diante do colapso nos preços das commodities.

Brasil, junto com outros países latino-americanos, enfrenta piora dos fundamentos, com a economia recessão, além de desafios fiscais e políticos.

A desvalorização da moeda e a volatilidade abateram a confiança doméstica. Empresas brasileiras enfrentam o aumento dos custos de financiamento nacionais e internacionais, enquanto o acesso a crédito estrangeiro diminuiu.

Uma desaceleração forçada da China, com o ritmo de expansão do PI caindo para 2 por cento nos próximos anos, também foi um dos temores mais citados pelos entrevistados. A pesquisa da Fitch representa opiniões de 74 seniores investidores de renda fixa.

Fazenda autoriza revisão da tarifa de pedágio de 5 concessionárias de rodovias

03/11/2015 – Fonte: Isto É Dinheiro

O Ministério da Fazenda autorizou a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) a realizar a revisão da tarifa básica de pedágio praticada pelas concessionárias Ecosul, Acciona Rodovia do Aço, Autopista Litoral Sul, Transbrasiliana e MGO Rodovias. A decisão consta de portaria no Diário Oficial da União (DOU).

De acordo com o texto, a ANTT deverá baixar ato específico fixando os novos valores, e a forma de sua implementação, para as rodovias exploradas por essas empresas: BR-116/293/392/RS (Ecosul), BR-393/RJ (Acciona), BR-116/376/PR e BR-101/SC (Autopista Litoral Sul), BR-153/SP (Transbrasiliana) e BR-050/GO/MG (MGO Rodovias).

A portaria ressalta que, efetuadas as revisões, qualquer outra alteração tarifária prevista para ocorrer em prazo inferior a um ano dependerá de autorização do ministro da Fazenda.

Mercado financeiro volta a reduzir projeção do crescimento da economia para 2015

03/11/2015 – Fonte: Agência Brasil

A projeção de instituições financeiras para o encolhimento da economia este ano passou por mais um ajuste. Desta vez, a estimativa para a queda do Produto Interno Bruto (PIB), soma de todos os bens e serviços produzidos no país, passou de 3,02% para 3,05%, informou o boletim Focus, publicação semanal elaborada pelo Banco Central (BC), com base em projeções do mercado financeiro para os principais indicadores da economia.

A expectativa de retração do PIB em 2016 também foi alterada: de 1,43% para 1,51%. Na avaliação do mercado financeiro, a produção industrial deve apresentar retração de 7%, este ano. Em 2016, projeção de queda da indústria ampliou-se de 1,5% para 2%.

Na previsão das instituições financeiras, a recessão da economia vem acompanhada de inflação acima da meta, este ano. A meta é 4,5%, com limite superior de 6,5%. A estimativa das instituições financeiras para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), este ano, foi ajustada de 9,85% para 9,91%.

Para o próximo ano, a expectativa é que a inflação fique abaixo do limite superior, mas ainda distante do centro da meta, em 6,29%. Na semana passada, essa projeção estava em 6,22%.

Para tentar trazer a inflação para a meta, o BC tem mantido a taxa básica de juros (Selic) em 14,25% ao ano. Para as instituições financeiras, a Selic deve permanecer em 14,25% ao ano até o fim de 2015, mas essa projeção deve cair para 13% em 2016. A projeção mediana (desconsiderados os extremos da estimativa) para o fim de 2016 é esperada em 13% ao ano.

A taxa é usada nas negociações de títulos públicos no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (Selic) e serve como referência para as demais taxas de juros da economia. Ao reajustá-la para cima, o BC contém o excesso de demanda que pressiona os preços, porque os juros mais altos encarecem o crédito e estimulam a poupança. Quando reduz

os juros básicos, o Copom barateia o crédito e incentiva a produção e o consumo, mas alivia o controle sobre a inflação.

Ao manter a Selic, o BC indica que ajustes anteriores foram suficientes para produzir os efeitos esperados na economia. O BC costuma dizer que os efeitos de elevação da Selic se acumulam e levam tempo para aparecer.

A pesquisa do BC também traz a projeção para a inflação medida pelo Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI), que subiu de 8,42% para 10,11%, este ano. Para o Índice Geral de Preços - Mercado (IGP-M), a estimativa passou de 8,34% para 9,59%, em 2015.

A estimativa para o Índice de Preços ao Consumidor da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (IPC-Fipe) foi alterada de 9,66% para 9,86%, este ano. A projeção para a cotação do dólar, ao final deste ano, foi mantida em R\$ 4. Para o fim de 2016, a projeção está em R\$ 4,20.

Honda adia início das operações de nova fábrica no Brasil

03/11/2015 – Fonte: AutoEsporte



A Honda anunciou que irá adiar o início das operações na sua nova fábrica de automóveis em Itirapina, no interior de São Paulo.

Já finalizada, a segunda unidade produtiva da montadora começaria a funcionar já no fim deste ano, mas os planos foram revisados devido a atual crise enfrentada pela indústria automobilística e à queda nas vendas.

Apesar de ser uma das únicas montadoras no país a crescer este ano, desempenho que pode ser atribuído à renovação do portfólio e ao lançamento do SUV compacto HR-V, a empresa afirmou que para 2016 espera mesmo volume de vendas de 2015 no ano que vem, o que tem condições de ser suprido pela fábrica de Sumaré (SP).

"A empresa mantém-se alerta diante das dificuldades atuais do segmento automotivo e, para 2016, a expectativa é manter o mesmo nível de volume deste ano, o que poderá ser suprido pela fábrica de Sumaré (SP)", afirmou a Honda em um comunicado oficial.

Com a conjuntura econômica desfavorável, a marca afirmou que a nova data para o início das operações de Itirapina está indefinida e será decidida de acordo com a evolução do mercado.

"A Honda esclarece que os investimentos previstos para o projeto de Itirapina estão mantidos e seguem sendo realizados rigorosamente de acordo com o cronograma estabelecido. A unidade estará pronta para iniciar a produção em massa assim que houver melhor previsibilidade do mercado".

Fruto de investimentos que somaram R\$ 1 bilhão, a nova fábrica dobraria a capacidade produtiva da montadora no país de 120 mil veículos para 240 mil veículos.

O plano inicial da Honda era transferir a linha de produção do Honda Fit para Itirapina, abrindo espaço em Sumaré, que opera atualmente no limite.

Editorial: Mau negócio

03/11/2015 – Fonte: Folha de S. Paulo

Não faltam más notícias econômicas no Brasil. Recessão e desemprego já corroem comércio e serviços, além da indústria. Para sair mais depressa dessa crise, seria benéfico que o país cuidasse do ambiente para fazer negócios, mas tampouco aí sobrevêm razões para otimismo.

A última má nova partiu do Banco Mundial. Seu levantamento anual sobre obstáculos à atuação de empresários põe o Brasil em lençóis um pouco piores que os de 2014: queda de cinco posições, da 111ª para a 116ª entre 189 países analisados. Ou seja, o que era ruim ficou ainda pior.

O estudo considera vários fatores, como o tempo despendido e o número de procedimentos necessários para abrir uma firma. A legislação e os burocratas nacionais impõem 11 passos a quem quiser começar um negócio por aqui, o que consome em média 83 dias.

Não estranha que o Brasil, nesse quesito, ocupe o 174º lugar na lista do Banco Mundial. O primeiro posto é de Cingapura, onde bastam três providências e menos de três dias para constituir uma companhia.

Se o empreendedor estreante precisar erguer instalações, recomenda-se que tenha nervos de aço. Gastará mais de um ano (426 dias) só para obter alvarás de construção, o que deixa o país na não menos humilhante 169ª colocação.

Nada se equipara, contudo, com a desesperadora estrutura de tributação. Aqui, cada empresa precisa alocar 2.600 horas (108 dias inteiros) a cada ano para processar, declarar e recolher um emaranhado de impostos, taxas e contribuições.

Despencamos, com isso, para um merecido 178º posto na classificação do Banco Mundial. Desperdiçam-se, no Brasil, pelo menos 21 vezes mais horas para cumprir obrigações com o fisco do que em nações da OCDE (Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico).

E não se atribua tal burocracia tributária a algum atavismo ibérico. A média da América Latina, afinal, é bem inferior: 361 horas.

Nossos maiores problemas não são, nunca foram, culturais. São outros: clientelismo, patrimonialismo e corporativismo incrustados no Estado.

Criam-se impostos e aumentam-se alíquotas a rodo para cobrir os deficit crescentes, assim como se multiplicam e se acumulam normas e favores para atender inúmeros interesses especiais.

O Brasil oferece um péssimo ambiente de negócios para a maioria dos empreendedores porque se habituou a reservar facilidades a quem só consegue vicejar em sociedade com os poderosos.

Artigo: Viciados em juros

03/11/2015 – Fonte: Folha de S. Paulo

Na semana passada, ficamos sabendo que o deficit fiscal brasileiro neste ano é um número que pode variar de R\$ 50 bilhões a R\$ 118 bilhões, dependendo de concessões de hidrelétricas e de como será encarado o problema das pedaladas fiscais.

Ficamos todos horrorizados com esses números. Afinal, são muito altos e indicam que o governo vai gastar muito mais do que deve arrecadar no atual exercício. Esse deficit é aquele que os economistas chamam de "primário" e decorre de atuação ineficiente e/ou irresponsável na administração dos recursos públicos.

Há, porém, outro deficit, muito maior, com previsão de atingir R\$ 350 bilhões neste ano. É aquele que advém das despesas financeiras do setor público, ou seja, do custo da dívida pública de R\$ 2,7 trilhões.

O curioso é que não se vê ninguém -ou quase ninguém- horrorizado com esse deficit financeiro monumental. Mais curioso é que esse rombo financeiro não se dá porque a dívida pública é exorbitante.

Ela é elevada, mas, girando em torno de 65% do PIB, parece até moderada quando comparada com as de outros países muito respeitados, como Estados Unidos e Japão, que devem 80% e 125% do PIB, respectivamente.

Lá nesses países, a dívida elevada não incomoda tanto por uma razão simples: os juros pagos para carregá-la giram em torno de 1% ao ano. Aqui, nossa taxa é superior a 14% ao ano.

Toma-se como líquido e certo que essa taxa, uma jabuticaba genuinamente nacional, é a mais apropriada para o Brasil, ainda que nenhum país adote hoje algo parecido, ainda que ela não esteja tendo o efeito desejado para conter a inflação, ainda que abra um buraco nas contas públicas até sete vezes maior do que o deficit fiscal.

Discutem-se cortes nos programas sociais que socorrem as populações mais pobres do país —querem tirar R\$ 10 bilhões do programa Bolsa Família do ano que vem—, mas não se discutem cortes de juros, aumento de crédito e outras medidas para retirar barreiras ao consumo e ao crescimento da economia.

O país está viciado em juros. Os cartões de crédito cobram inacreditáveis 414% ao ano, taxa que foi motivo de chacota no jornal "The New York Times".

Os bancos, 264% ao ano no cheque especial e até 27% ao ano no crédito consignado, que concedem com risco zero. Lojas oferecem compras com parcelamento em cinco vezes, sem acréscimo no discurso, mas naturalmente com juros embutidos.

Estamos cercados de juros por todos os lados. Quem perde e quem ganha com isso? Perdem todas as pessoas, sejam elas físicas ou jurídicas, que pagam impostos para sustentar os deficit financeiro e fiscal bilionários.

Perdem também as empresas dos setores produtivos, atingidas pelos custos exorbitantes do crédito e pela retração do consumo.

Ganham os que vivem de renda e, naturalmente, o setor financeiro. Basta observar os resultados do terceiro trimestre que os bancos começaram a publicar na semana passada, com lucros invejáveis.

Já o setor produtivo, em especial a indústria, amarga prejuízos.

O país precisa entrar em uma clínica de recuperação para se livrar da intoxicação de juros. Enquanto não superar esse problema, dificilmente vai tomar um rumo sustentável de crescimento econômico, que possa criar empregos e oferecer oportunidades de uma vida saudável para os brasileiros. É uma pena.

(Benjamin Steinbruch: É empresário, diretor-presidente da CSN, presidente do conselho de administração e 1º vice-presidente da Fiesp).

Ajuste fiscal pode reduzir PIB do Brasil no futuro, diz Nobel de economia

03/11/2015 – Fonte: Folha de S. Paulo



O ajuste fiscal no Brasil pode levar a um desempenho econômico mais fraco no futuro, afirma o Prêmio Nobel de Economia Joseph Stiglitz. Para ele, a prioridade do governo deve ser reduzir a inflação —e, como consequência, os juros, que prejudicam os investimentos.

Autor do ensaio "Do 1%, pelo 1%, para o 1%", que inspirou o movimento Occupy Wall Street, o economista ajudou a trazer a desigualdade para o centro do debate mundial. E defende que cortar os programas sociais no Brasil como parte do ajuste seria um erro.

Contrário a políticas de austeridade adotadas em todo o mundo, Stiglitz defende iniciativas como o Banco dos Brics para estimular investimentos e a economia global. Ele afirma ainda que os Estados Unidos devem apoiar essas instituições e aceitar, finalmente, que não serão mais o poder econômico dominante no cenário mundial.

Stiglitz participa nesta quarta (4) do ciclo de conferências Fronteiras do Pensamento, em São Paulo.

*

Folha - O senhor é um crítico feroz da austeridade na zona do euro e, especialmente, na Grécia. Mas quando o Syriza [o partido de esquerda] tentou mudar as regras do jogo, o tiro parece ter saído pela culatra. O que poderia ter sido feito?

Joseph Stiglitz - O [primeiro-ministro grego] Alexis Tsipras fez uma avaliação política de que era melhor permanecer em depressão econômica e se submeter às políticas de austeridade do que sair da zona do euro, ainda a maioria da população desaprovasse as medidas.

Como economista, eu acho eles deveriam ter saído do euro —e há vários colegas que concordam comigo. Era possível fazê-lo, não sem um grau de agitação, e isso teria tirado o país da recessão atual.

Se a Grécia tivesse rejeitado a austeridade e se concentrado em políticas voltadas ao crescimento econômico, o país estaria melhor agora?

Com certeza, mas eles não tiveram essa escolha. A Grécia, por si só, não podia fazer nada, e a Europa não ajudou o país a ter qualquer tipo de política para o crescimento. O resultado é a depressão econômica em que estão, basicamente, desde 2010.

A Europa está condenada pelos próximos anos?

Sim. Se as demandas da Alemanha por austeridade continuarem —e tudo aponta para isso—, a recessão também continuará. O que me surpreende é que o [ministro das

Finanças alemão, Wolfgang] Schäuble veio a Columbia e disse, basicamente, que temos de nos acostumar com o baixo crescimento, esse é o novo mundo.

Não há nenhuma razão para isso, exceto as políticas impostas por eles. Não há natureza herdada, não é uma consequência inevitável da forma como o mundo foi constituído. São as políticas que a Alemanha e os EUA estão implementando.

Há chances de mudança?

Bom, nos Estados Unidos há uma paralisação no Congresso. E se o Partido Republicano mantiver o controle da Câmara dos Deputados após as eleições de 2016, vamos continuar paralisados e com austeridade moderada.

A Europa vai continuar em austeridade, mesmo que reduzida, e a China vai desacelerar. Para onde quer que olhemos, veremos crescimento lento. Há quem acredite que 2016 pode ser melhor, mas não vejo fundamento para esse tipo de otimismo.

Iniciativas de financiamento de países emergentes, como o Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura [AIIB] e o Banco dos Brics, podem melhorar o cenário global, por meio de novos investimentos?

Eu estou bastante animado com essas iniciativas. Elas são uma forma de utilizar parte das reservas desses países para investir em infraestrutura na Ásia, na África e em outros emergentes e acho que vão contribuir. Mas a escala é muito pequena para trazer de volta o crescimento global.

Os Estados Unidos não parecem tão animados...

Eu fiquei bastante desapontado quando os Estados Unidos tentaram se opor ao AIIB, foi um erro geopolítico de enorme magnitude. Os EUA têm tido muita dificuldade de aceitar que não serão mais o poder econômico dominante —eles ainda serão o poder militar, mas mesmo essa influência é limitada.

Infelizmente, o presidente Barack Obama e os políticos republicanos estão achando difícil aceitar essa nova realidade geopolítica. Em vez de reagir de forma construtiva, estão lidando com isso de maneira bastante improdutiva. O TTP [Tratado Transpacífico] é outro exemplo disso.

Por que o TTP?

Porque ele é um acordo comercial bastante ruim. E, para promovê-lo, o presidente defendeu que os EUA precisam escrever as regras da economia global, não a China. Isso está errado.

As regras estão sendo escritas pelas grandes corporações americanas para si próprias, não para a população dos EUA ou de outros países do Tratado. E a China, como o maior consumidor global, tem que ser ouvida, e será. A ideia de que eles não terão voz é absurda.

O sr. defende que os EUA se preocupam demais com o deficit do governo. Isso se aplica a outras economias?

É diferente para cada país e cada situação econômica. Nos EUA, é possível fazer empréstimos com juros reais negativos, e nós temos uma necessidade enorme de investimentos em infraestrutura e tecnologia. Com a economia fraca, é um erro não investir.

No caso de outros países, acredito que se você pode pegar empréstimos e investir com retorno maior que os custos do capital, deveria fazer isso. Há um fetiche excessivo em torno do deficit. Quando você pensa em um país como uma empresa, você quer olhar para o balanço: a dívida, o passivo e os bens.

O governo brasileiro prevê neste ano um deficit primário de R\$ 52 bilhões. No caso do país, considerando que temos uma das mais altas taxas de juros do mundo e uma retração de 3% projetada para 2015, o deficit é preocupante?

Há algo bastante peculiar sobre o Brasil: o fato de o país ter juros tão altos. Isso mostra que o setor financeiro não está funcionando como deveria. Quando você pega dinheiro emprestado com um juro tão alto, obviamente a dívida cresce muito rápido.

Quando o governo tentou baixar os juros, que chegaram a 7,25% ao ano em 2012, a inflação voltou a ficar acima da meta.

Sim, tem algo especial sobre o processo inflacionário no Brasil e isso pode requerer uma cooperação maior entre trabalhadores e empresas, alguns acordos de congelamento de preços e salários, para quebrar o ciclo inflacionário. O Brasil está pagando um preço muito alto por isso, um ciclo bastante incomum entre os países emergentes.

Dados os efeitos contracionistas, o sr. acredita que o ajuste fiscal é a melhor solução para a crise brasileira?

Muito provavelmente não, porque o país já está passando por uma recessão e a austeridade vai piorar isso. Essas políticas irão, muito provavelmente, reduzir ainda mais o crescimento econômico.

E o que mais me preocupa é que uma recessão afeta não só o resultado hoje, mas tende a levar a um crescimento fraco no futuro, porque você não está investindo no capital humano, em novas tecnologias. Por isso, os efeitos são de longo prazo.

Se o Brasil conseguisse baixar a inflação, seria possível ter uma taxa de juros menor e isso permitiria crescer mais rápido. Além disso, se o governo precisar tomar dinheiro emprestado, o peso da dívida não será tão grande.

O governo considera cortar recursos gastos com programas sociais como parte do ajuste. É uma boa ideia?

Cortar programas sociais no meio de uma recessão é particularmente preocupante, porque os beneficiados são também as pessoas que serão mais afetadas. Uma das conquistas do Brasil, de que se fala em todo o mundo, é o sucesso na redução da pobreza e da desigualdade nos últimos 20 anos. Se você corta programas sociais, está prejudicando isso.

O Federal Reserve [o banco central dos EUA] sinalizou que pode elevar os juros em dezembro. É a hora de fazê-lo?

Há um amplo consenso de que a economia americana não está tão forte. O melhor sintoma de um mercado fraco é o que está acontecendo com a renda, que estagnou. E não há pressões inflacionárias, então é bastante difícil que só esse cenário justifique um aumento nos juros. Além disso, pesa a situação da economia global.

Agora, acho que eles podem, sim, elevar os juros em dezembro. Se o fizerem, vão parar em seguida, sem novo aumento, porque a economia não vai estar em boa forma. E não vejo no horizonte nada que possa trazê-la de volta a um cenário mais normal.

O senhor defende que a atuação do Fed contribui para o aumento da desigualdade nos EUA. Como isso acontece?

O Fed contribuiu para a desigualdade, historicamente, por concentrar sua atuação na inflação, e não no desemprego. Isso fez com que a autoridade monetária aumentasse os juros sempre que os salários começassem a subir.

Você tem o chamado efeito catraca: quando entra em recessão, os salários não acompanham a inflação e a renda real cai. Assim que eles começam a recuperar, o Fed aumenta os juros.

E esse efeito é parte de um processo pelo qual a renda real não acompanha o crescimento da produtividade, e isso tem papel importante no aumento da desigualdade.

Além disso, quando você tem juros muito baixos, as empresas investem mais em tecnologias de capital intensivo [baseadas no uso de máquinas e na automação], substituindo trabalhadores de baixa renda. E o resultado disso no médio prazo é uma retomada sem empregos.

O também Prêmio Nobel de Economia Paul Krugman disse à Folha que a mudança climática é o problema mais grave da atualidade, não a desigualdade. O sr. concorda?

Concordo com o Paul, porque a mudança climática pode destruir a viabilidade de todo o sistema global. É uma questão existencial, a nossa existência está ameaçada, e acho que as duas coisas estão bastante conectadas. Os mais pobres serão os mais afetados pelo aquecimento global. Dito isso, os dois problemas são terríveis e não há razão para que não consigamos lidar com os dois.

Do ponto de vista econômico, o que pode ser feito para lidar com aquecimento global?

Para mim, a melhor abordagem é impor um preço para o carbono. Há um custo social quando você emite carbono. Fazemos, então, com que governos, empresas e famílias que contribuem para essas emissões paguem pelo custo social de suas ações.

Eu tenho alguma confiança no mercado, e acredito que quando as pessoas se depararem com os custos, vão reagir emitindo menos.

No curto prazo, é preciso acelerar o processo. Sou a favor de proibir novas usinas que utilizem carvão, acho que devem ser totalmente banidas ao redor do mundo. E também deve-se expandir as pesquisas para energias renováveis.

*

RAIO-X

Joseph Stiglitz

ORIGEM

Nasceu nos Estados Unidos em 9 de fevereiro de 1943

FORMAÇÃO

Formado pela Faculdade Amherst (EUA) e PhD em Economia pelo MIT (Instituto de Tecnologia de Massachusetts)

CARREIRA

É professor da Universidade Columbia, em Nova York (EUA), e foi economista-chefe do Banco Mundial entre 1997 e 2000; recebeu o Prêmio Nobel de Economia em 2001.

Inflação na OCDE perde força para 0,4% em setembro; no Brasil, fica em 9,5%

03/11/2015 – Fonte: EM.com

A inflação anual medida pelo índice de preços ao consumidor (CPI, na sigla em inglês) dos países integrantes da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) caiu para 0,4% em setembro, de 0,6% em agosto, ficando bem abaixo do nível de 2% que a maioria dos bancos centrais de países desenvolvidos considera ser consistente com um nível de crescimento econômico saudável, segundo pesquisa da entidade.

A desaceleração do CPI veio apesar da postura recente de grandes BCs de manter ou considerar novos estímulos monetários.

No G-20, grupo formado pelas 20 maiores economias do mundo, a inflação diminuiu de 2,5% em agosto para 2,4% em setembro, atingindo o menor nível desde novembro de 2014. O G-20 é responsável por cerca de 85% da produção econômica global.

No caso do Brasil, o relatório da OCDE informa que a inflação se manteve estável em setembro, em 9,5%.

Na China, a inflação anual diminuiu de 2,0% em agosto para 1,6% em setembro e na Rússia, de 15,8% para 15,7%. Na Índia, por outro lado, houve aceleração da taxa, de 4,3% para 5,1%.

ThyssenKrupp tem nova fábrica de componentes automotivos

03/11/2015 – Fonte: EM.com

A ThyssenKrupp inaugurou nova fábrica no Brasil para produzir componentes automotivos. Instalada em Poços de Caldas (MG), a unidade fará eixos de comando de válvula integrados à tampa do cabeçote do motor.

A companhia destaca que os componentes facilitarão o processo de montagem, já que o módulo será fornecido integrado e não em peças individuais. O conjunto também é cerca de 40% mais leve, segundo a fabricante.

A empresa destaca que as evoluções melhorarão o produto final com redução do consumo de combustível e de emissões do motor. A tecnologia, segundo a ThyssenKrupp, pode ser usada em qualquer propulsor a combustão.

“A inauguração dessa unidade fabril é importante, pois contribui para a inserção do setor automotivo brasileiro em uma rota cada vez mais eficiente e sustentável”, apontou em comunicado Michael Höllermann, CEO da empresa na América do Sul.

A planta de Poços de Caldas segue o conceito de indústria 4.0, modelo baseado em tecnologias de comunicação para digitalização dos processos para o ambiente virtual. Segundo a empresa, é a quarta geração e mudanças no conceito industrial. A primeira foi a de motores a vapor, evoluindo para a produção em série e chegando à computação.

Na unidade mineira, a ThyssenKrupp destaca ter processos e tecnologias interconectadas ao longo do processo produtivo. Toda a linha é monitorada em ambiente virtual, com a montagem feita por robôs industriais. A empresa aponta que cada estágio é monitorado por sensores que fornecem dados em tempo real para o sistema de controle.